



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA
MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

SANDRA NASCIMENTO DE SANTANA

**CONTEXTOS FAMILIARES E PROCESSOS DE ENDIVIDAMENTO:
IMPACTOS NAS VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES DA EJA**

Salvador
2023

SANDRA NASCIMENTO DE SANTANA

**CONTEXTOS FAMILIARES E PROCESSOS DE ENDIVIDAMENTO:
IMPACTOS NAS VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES DA EJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, como requisito para obtenção do título de Mestre em Família da Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Gilca Carrera.

Salvador
2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S237 Santana, Sandra Nascimento de
Contextos familiares e processos de endividamento: impactos
nas vivências dos estudantes da EJA / Sandra Nascimento de
Santana. – Salvador, 2023.
90 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do
Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Gilca Carrera.

1. Educação de Jovens e adultos Endividamento familiar
Pobreza I. Carrera, Gilca – Orientadora II. Universidade Católica do
Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

CDU 316.356.2:37

TERMO DE APROVAÇÃO


SANDRA NASCIMENTO DE SANTANA

**“CONTEXTOS FAMILIARES E PROCESSOS DE ENVIDAMENTO:
IMPACTOS NAS VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES DA EJA”**

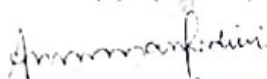
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 29 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:



Prof.ª Drª Gilca Oliveira Carrera
Orientador (a) - (UCSAL)



Prof.ª Drª Andreza Maria Neves Manfredini
Coorientador (a) - (UNITAU)

Prof.ª Drª Eliene Gomes dos Anjos (UFRB)



Prof.ª Drª Elaine Pedreira Rabinovich (UCSAL)



Prof.ª Drª Adriana Franco de Queiroz (UFBA)

gov.br

Documento assinado digitalmente
ELIENE GOMES DOS ANJOS
Data: 09/10/2023 10:13:56-0400
Verifique em <https://validar.ib.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu força e serenidade durante toda a trajetória acadêmica, principalmente nos momentos de maior desafio e pela presença diária em minha vida, tornando-me essa pessoa com a percepção de sentir a inquietação de muitos alunos que estão em situações de endividamento.

À minha família, em especial meus pais José Santana (in memoriam) e Jacy Santana, que com poucos recursos financeiros, conseguiram fazer com que eu aprendesse sobre a importância de não desperdiçar o dinheiro e por todo o amor, incentivo e compreensão durante todas as etapas desta caminhada. Seus conselhos foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu filho Pietro, pelo apoio, compreensão e incentivo doados sem reservas, para que eu trilhasse com fé e força minha vida acadêmica. Agradeço também as minhas irmãs Jálace, Jacilene, bem como meus sobrinhos Bruno e Thiago, pelas palavras de encorajamento.

Agradeço a minha orientadora, professora Dr.^a Gilca Carrera, por sua paciência, dedicação e ensinamentos. Sua orientação criteriosa e sábia foi fundamental para a realização dessa dissertação.

Também agradeço a minha coorientadora, professora Dr.^a Andreza Manfredini, pelo tempo dedicado, pela generosidade em compartilhar conhecimento e, principalmente, pela confiança em meu potencial, meu mais sincero agradecimento.

Agradeço, também, a disponibilidade e feedback da professora Dr.^a Adriana Franco e da professora Dr.^a Eliene Gomes.

Estendo meus agradecimentos aos meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Família e Sociedade Contemporânea da UCSAL que tanto contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal, compartilhando não apenas o conhecimento técnico, mas lições valiosas para a vida.

Aos meus alunos e toda equipe do Colégio Estadual Clériston Andrade, pela

disponibilidade e interesse de fazer parte dessa pesquisa. A realização deste trabalho não seria possível sem a participação voluntária e dedicada de cada indivíduo envolvido na pesquisa. Por isso, expresso minha profunda gratidão a todos os participantes que, com generosidade e abertura, compartilharam suas experiências, percepções e insights. Agradeço também aos colegas do mesmo colégio, com quem divido a rotina exaustiva e gratificante de trabalho, por cada gesto de solidariedade, em cada palavra de incentivo nos momentos mais árduos, me permitindo assim, sentir a verdadeira essência do companheirismo. O trajeto percorrido até aqui foi desafiador, mas cada obstáculo foi superado com mais facilidade graças ao apoio, incentivo e camaradagem de todos vocês.

Aos amigos André, Bianca e Rossana, que estiveram ao meu lado durante toda a pós-graduação, pelos momentos de estudo, partilha e descontração. A jornada teria sido muito mais árdua sem a amizade e cumplicidade de vocês.

Agradeço também a todos os funcionários e profissionais da UCSAL, que direta e indiretamente facilitaram minha trajetória acadêmica.

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação e elaboração deste trabalho, meu sincero agradecimento. Este é um triunfo compartilhado com cada um de vocês.

RESUMO

O endividamento é um problema que assola mais da metade das famílias brasileiras, principalmente as que se encontram abaixo da linha da pobreza. Para além dos problemas sociais ainda não superados pelo estado brasileiro, acredita-se que a falta de uma organização financeira implementada como pilar na educação contribui para a presença do endividamento familiar. Para verificar tal questão, o presente estudo busca analisar qualitativamente – por meio de estudos de casos – as famílias de alunos que participam do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em um colégio da rede estadual da Bahia com a finalidade de se identificar como os processos de endividamento afetam os estudantes da EJA em suas vivências nos contextos familiares. Foi realizado um estudo de caso com sete alunos do Programa da EJA. Espera-se com os resultados, que a seja possível fazer uma análise crítica sobre o endividamento e seus impactos nas vivências das famílias dos estudantes da EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Endividamento familiar. Pobreza.

ABSTRACT

Debt is a problem that plagues more than half of Brazilian families, especially those below the poverty line. In addition to the social problems that have not yet been overcome by the Brazilian state, it is believed that the lack of a financial organization implemented as a pillar in education contributes to the presence of family debt. To verify this issue, the present study seeks to qualitatively analyze – through case studies – the families of students who participate in the Youth and Adult Education (EJA) program in a state school in Bahia with the purpose of identifying themselves. How debt processes affect EJA students in their experiences in family contexts. A case study was carried out with seven students from the EJA Program. It is hoped that with the results it will be possible to carry out a critical analysis of debt and its impacts on the experiences of the families of EJA students.

Keywords: Youth and Adult Education. Family debt. Poverty.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos

CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONU – Organização das Nações Unidas

PBA – Programa Alfabetizado

PEIC – Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PNA – Plano Nacional de Alfabetização

PNAC – Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNE – Plano Nacional de Educação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SNEA – Serviço Nacional da Educação de Adultos

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJDFT – O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1 Pesquisa da PEIC</u>	27
<u>Quadro 2 Nível de endividamento CNC</u>	27
<u>Quadro 3 Total de famílias endividadas</u>	28
<u>Quadro 4 Quantidade de contas correntes e de poupanças ativas – em milhões – (2000-2015).</u>	33

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	9
<u>1.CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS E FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA</u>	13
<u>1.1. A família brasileira na conjuntura neoliberal</u>	13
<u>1.2. Família, pobreza e acesso a renda: desafios da sociedade.....</u>	17
<u>2. ENVIDAMENTO FAMILIAR: UM FENÔMENO COMPLEXO</u>	21
<u>2.1. Pobreza e endividamento familiar</u>	21
<u>2.2. O endividamento familiar nas últimas décadas</u>	35
<u>3.EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL:REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS</u>	45
<u>3.1. Histórico da EJA no Brasil</u>	45
<u>3.2. O processo histórico para o surgimento do EJA.</u>	47
<u>3.3. Pobreza e educação entre jovens e adultos</u>	56
<u>4. ABORDAGEM METODOLÓGICA</u>	65
<u>4.1. Instrumentos de coleta de dados</u>	68
<u>4.2. Procedimentos de análise e interpretação dos dados</u>	70
<u>4.3. Critérios de inclusão dos sujeitos na amostra</u>	71
<u>5. RESULTADOS</u>	73
<u>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	79
<u>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	82
<u>8. APÊNDICES</u>	92

INTRODUÇÃO

Quando se busca a etimologia da palavra família, vê-se que esta advém do latim *famulus*, e que significava escravo doméstico, ou seja, a família era o agrupamento das pessoas escravizadas que “pertenciam” ou dependiam de um senhor ou chefe feudal. Deste modo, eram as “famílias” greco-romanas, geralmente constituídas por um patriarca e seus *famulus*: senhora, filhos, “servos livres” e as pessoas escravizadas (IBDFAM, 2022).

Avançando no tempo, nos sentidos e significados que essa palavra foi adquirindo durante a história da humanidade, de acordo com o Dicionário Houaiss (Houaiss, 2022) uma das significações da palavra *família* pode ser: "Núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária". Assim, a família é o núcleo onde obtemos os primeiros ensinamentos para o convívio em sociedade.

Visto isso, percebemos o quanto esta possui o papel de ser transmissora de valores e conseqüentemente de comportamentos pessoais ou mesmo grupais. Sendo assim, a família é o nosso primeiro contato com um grupo social.

Na constituição federal de 1988 é defendido que a família tem como obrigação garantir a educação, saúde, segurança e bem-estar de seus integrantes, porém essa é uma tarefa difícil de ser cumprida por parte das famílias que são afetadas pela desigualdade social e não têm condições de fornecer esses direitos básicos.

Portanto, analisamos essas famílias populares com objetivo de avaliar a influência da organização financeira nos contextos familiares, sendo este, a garantia dos direitos básicos supracitados.

No Brasil, segundo os parâmetros do coeficiente de Corrado Gini (1884 – 1965), sempre vivemos à mercê de uma sociedade desigual, uma vez que esse parâmetro indica, justamente, a desigualdade social a partir da renda, educação e

riqueza na sociedade. Com o passar dos anos, de 2011 até 2017, houve um aumento nesse coeficiente, ou seja, a desigualdade social já estava aumentando antes mesmo da pandemia, na qual os dados indicam, ainda mais, uma diferença entre as famílias mais e menos favorecidas socioeconomicamente.

Para a ONU (Organização das Nações Unidas) em 2010 foi definido alguns parâmetros que caracterizam a desigualdade social, dentre eles, pobreza, favelização, falta de acesso à educação, desemprego, miséria, dentre outros. Segundo Pereira (2022), um dos desdobramentos desses parâmetros supracitados pela ONU é um dos problemas-chave do presente trabalho, sendo ele o endividamento.

Segundo o Fórum Econômico Mundial (2013), a maioria das manifestações em nosso país tem como principal tema a desigualdade social, então fica evidenciado que esse é um problema que afeta diretamente nossa população. Indiscutivelmente, um dos recortes da desigualdade social (o endividamento) faz-se presente nas pautas das manifestações, ainda que, de forma tímida e pouco explícita.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a discussão sobre o endividamento¹ e a educação financeira². Para Hennigen (2010) essa questão tem se tornado objeto de pesquisa em muitas esferas das Ciências Sociais e Econômicas. Esta autora, observa que o endividamento dos consumidores consiste em um fenômeno social de grau bastante expressivo, a ponto de que muitos países possuem legislações específicas para sua diligência. Assim, pude ir investigando que houve um crescimento, no interesse acadêmico sobre a relação endividamento

¹ Silva (2018) diz que a princípio a expressão endividamento adveio de uma tradução francesa da expressão "endettement", existente no art. 330-1 do Código de Consumo Francês. Desse modo, citando o trabalho de Lima (2012, p.99) pode-se refletir que a ideia de endividamento é uma situação das pessoas físicas (não jurídicas) e que "[...]se caracteriza pela impossibilidade manifesta para o devedor de boa-fé de honrar o conjunto de suas dívidas não-profissionais, exigíveis e vincendas" (Lima,2012, p. 99 apud Silva, 2018, p.1).

² Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a educação financeira é o processo por meio do qual as pessoas e as sociedades aprimoram suas concepções sobre os conceitos e produtos financeiros, de modo que, a partir de informação, formação e orientação, estas venham a produzir os valores e as competências precisas para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos. Só através da educação financeira que as pessoas e as sociedades poderão fazer escolhas acertadas sobre onde procurar ajuda e empregar outras ações que ampliem o seu bem-estar econômico, e, conseqüentemente, mais comprometidos com o futuro das pessoas e sociedades (OCDE, 2022). Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-português/>. Acessado em 03 de julho de 2022.

e sociedade.

Para Bertoncetto & Lima (2007) o endividamento pode ser compreendido como os problemas socioeconômicos que atingem principalmente as camadas mais empobrecidas da sociedade. Nos últimos anos no Brasil, houve um aumento na quantidade de famílias endividadas decorrente da expansão do crédito e de outros fatores (ABECS, 2011; CNC, 2013; Miotto, 2013; Pereira, 2022).

Por isso, surgiram novos estudos voltados para o aspecto econômico da família brasileira, que passou por diversas modificações, conseqüentemente, emergindo o problema social do endividamento familiar. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) (CNC, 2021) mais de 70% das famílias brasileiras estão endividadas, também devido à crise mundial gerada pela pandemia, ou seja, esse é um problema que atinge diretamente mais da metade do país, sendo assim, faz-se necessário um estudo que aponte as possíveis relações causa-conseqüência que o endividamento pode apresentar em nossa sociedade.

O endividamento familiar tornou-se, com o passar dos anos, um dos problemas centrais discutidos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), agravando-se ainda mais perante a pandemia, que foi aprovada a Lei 14.871/2021 (Brasil, 2021), a qual visa amenizar os casos de endividamento a partir de práticas de boa-fé tanto do devedor quanto do credor.

Para o TJDFT, “a lei contribui muito na questão de uma Educação financeira que não possui tanta relevância na educação brasileira” (Lei 14.871/2021), o que traz a discussão do outro tema central da presente dissertação: transmissão da educação/organização financeira.

Assim, movida pelo interesse no tema, visto que o fenômeno se trata de um processo de discussão mais amplo, e análise mais profunda sobre o que estruturalmente define a situação econômica da maior parte da população brasileira, mas que ainda não é o objeto de discussão dessa dissertação, decidi ingressar no programa de mestrado da UCSAL, me permitindo analisar o fenômeno do endividamento familiar presente em nossa sociedade.

Em outras palavras, percebe-se que a baixa escolarização e educação, a

pobreza, e as diversas vulnerabilidades a que as pessoas estão submetidas, podem ser reflexo do avanço do neoliberalismo, da estagnação econômica brasileira, e/ou da ausência de políticas públicas; e não apenas o fato de uma falta de organização financeira ou de uma má transmissão do conhecimento para as crianças sobre a organização financeira.

No entanto, também se observa que estamos inseridos numa cultura na qual prevalece o consumismo exacerbado, devido a facilidade do acesso ao crédito, e, conseqüentemente, nos leva direto para o problema central dessa dissertação que remete as famílias endividadas.

Para entendimento desta dissertação, faz-se necessário a definição dos termos família, pobreza, endividamento, neoliberalismo e vulnerabilidade social. Esses conceitos serão apresentados e discutidos ao longo da dissertação, com finalidade de respaldar as conclusões da pesquisa.

Lecionar na escola do subúrbio ferroviário de um bairro periférico de Salvador, para mim é gratificante, gosto de trabalhar com o público das periferias da cidade. Lembro que, ao assumir a função de professora de matemática junto a Secretaria Estadual de Educação, alguns funcionários ao perceber que eu era oriunda de outro estado se viram preocupados em que eu pudesse assumir as aulas em um bairro considerado perigoso, onde as expressões da violência urbana são manifestas com mais frequência. Porém tal medo eu já trazia comigo, por ter que bruscamente fazer mudança de território – sair de um estado para o outro – e experimentar o novo. Quaisquer mudanças geralmente nos traz um pouco de insegurança. Fui observando dentro do contexto escolar que existe uma parcela, ainda que pequena que quer modificar sua história e de seus familiares, a partir da mobilidade social, pois se preocupam em adquirir conhecimento e dar continuidade a trajetória escolar e a profissionalização com vias de aquisição de empregabilidade e renda para, conseqüentemente, vir a oferecer um padrão de vida mais equilibrado e confortável para seu meio familiar.

1. CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS E FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Tradicionalmente, o conceito de família estava atrelado a uma estrutura composta por pai, mãe e filhos – a chamada família nuclear. No entanto, com as evoluções sociais, culturais e legais, essa definição clássica tem sido continuamente desafiada e redefinida. A família contemporânea é multifacetada, complexa e, acima de tudo, diversa. Assim, a ressignificação do conceito de família torna-se não apenas relevante, mas também necessária para acompanhar as mudanças do tecido social.

Diante disso, nesta seção, discutiremos as ressignificações da família até uma definição mais contemporânea, que está alinhada com os desdobramentos do contexto histórico e econômico do país.

1.1. A família brasileira na conjuntura neoliberal

A família é considerada uma instituição social importante para o processo de socialização, uma vez que se constitui a partir de relações que nascem da intimidade, mas exercem sua influência direta ou indiretamente à convivência social. Quanto ao seu conceito genérico é consensual entre os especialistas das áreas de ciências humanas, como descreve Macedo (1994, p.63), dizendo que “ela é vista, como uma entidade que situa e legitima o indivíduo em seu espaço social, tendo essa função maior importância quanto mais uma sociedade é orientada para a família, como a brasileira”.

Todavia, no Brasil o modelo de família em que os especialistas tiveram como base no seu imaginário, usado como referencial para as reflexões sobre o conceito de família no Período Colonial foi um mito criado pelas elites da época e que até

pouco tempo era um norte conceitual (Macedo, 1994, p.63). A família, contudo, é peça essencial no processo de humanização, pois termina situando o indivíduo em determinada época a partir das relações de parentesco, que tendem a não se desfazer com o tempo.

Segundo Manfredini (2019) o conceito de família, por mais que o decurso da história através de suas revoluções e transformações sociais, a família continua a estrutura que garante proteção e um dos principais pilares da sociedade. Para Macedo (1994) a família é:

[...] revestida de uma importância capital, dado que é o primeiro ambiente no qual se desenvolve a personalidade nascente de cada novo ser humano. Assim a família é vista como primeiro espaço psicossocial, protótipo das relações a serem estabelecidas com o mundo (Macedo, 1994, p.63).

Para a autora supracitada “é a matriz da identidade pessoal e social” porque é através dela que se desenvolve o sentimento importante na criação do nome e sua identificação na sociedade (Macedo, 1994, p.63).

Por particularidade de sua essência, a psicologia busca definir a família fazendo uma distinção entre os diversos grupos sociais, justamente porque os membros que a integram estão ligados por laços de afeto e lealdade, situação que não se permite demissão, levando em conta que só se constitui família por nascimento, adoção e casamento, afetividade e afinidade e só se sai pela morte (Macedo, 1994, p.64).

Manfredini (2019) alerta sobre a estrutura e a dinâmica da família que vem sendo modificadas de forma intensa nesses últimos anos por causa das inevitáveis transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, que tem afetado diretamente o seio familiar.

Com o passar dos anos, a família vem se tornando um conceito muito amplo, abrangendo mães e pais solos, além das uniões homoafetivas, que são constantemente enquadradas nesse conceito dentro dos parâmetros atuais. Da mesma forma, o Estado já reconhece oficialmente essas formações familiares não-

convencionais.

Contudo, a concepção de família, de forma genérica, é tradicionalmente referida como a união de homem e mulher, ou seja, a família nuclear, o que ocorre devido aos fatores históricos que, muitas vezes, estão solidificados em nossa sociedade.

A família já não pode mais ser compreendida e apreendida como uma organicidade singular: sua pluralidade e suas dinâmicas indicam novos caminhos teóricos e metodológicos. [...] A contemporaneidade, pela sua própria dinâmica de transformações em marcha, exige que os sujeitos revisem seus papéis para que melhor assimilem o esboço de uma nova configuração familiar. (Menezes; Moreira; Rabinovich, 2015, p. 496)

Contextualizando a construção da diversificação dos modelos familiares no Brasil é importante falar sobre a família patriarcal, uma vez que, esse era o modelo predominante de família no país durante um certo tempo, porém, nessas últimas décadas, outras configurações de ser família, surgiram (Barreto, 2013, p.209).

A família patriarcal era o único modelo aceito e protegido pelo Estado antes da Constituição de 1988. Esse modelo familiar constituía na junção de um homem e uma mulher perante o casamento civil (Barreto, 2013, p.209). Dessa forma, muitos outros tipos de família eram marginalizados diante da constituição vigente na época, no entanto, novos estudos como os de Macedo (1994) e Manfredini (2019) transformaram o conceito família para uma perspectiva onde os laços afetivos vão além dos consanguíneos.

Assim, com o fortalecimento do discurso voltado para a manutenção dos direitos fundamentais para todos os cidadãos, a família passou a definir-se pela existência de vínculo afetivo e sentimento de pertencimento dos seus membros mais do que as hierarquias tradicionais (Manfredini, 2019, p.32), logo, esse conceito passou a abranger uma maior parte da população, em outras palavras, passou-se a incluir diversos tipos de família em nossa sociedade.

A palavra que atualmente representa da melhor forma os modelos de família

é a pluralidade, pois, com o passar dos anos, não só perante a constituição propriamente dita, mas também diante da nossa sociedade mutável, houve a inserção de diversos tipos familiares em nosso corpo social.

Logo, perante a resignificação da família sobre o olhar de Macedo (1994) e Manfredini (2019) é importante ressaltar novamente que a presente dissertação irá seguir por esse viés visando abranger a maior parte da nossa comunidade, porém com um olhar mais direcionado para as famílias abaixo da linha da pobreza no subúrbio ferroviário de Salvador.

Para esta dissertação, outras questões se fazem importantes, como o fator econômico, já que pretendemos analisar a família em torno de sua organização sobre o dinheiro.

Percebe-se uma mudança nas relações familiares com a conquista da mulher no mercado de trabalho. A dinâmica do mundo moderno traz conquistas, acentua-se a individualidade do casal e a ideia da família patriarcal vai perdendo espaço para a família moderna e posteriormente pós-moderna (contemporânea), porém essas mudanças são mais comuns as famílias de melhor poder aquisitivo.

Mesmo com a evolução histórica da família e com a conquista da mulher em diversos âmbitos socioeconômicos, algumas famílias pobres ainda têm dificuldades em se adaptar a esse processo histórico de transformação social, como Sarti (1994) retrata isso muito bem, pois o seu trabalho procura analisar, não só as relações intrafamiliares, mas também as relações entre as famílias que estão inseridas ali naquela comunidade mais pobres.

Como vimos, há diversas definições para a família, o que nos prova que, de fato, não é fácil atrelar um conceito à essa instituição social. Logo, não é equivocado dizer que a sociedade é um reflexo de como se encontram as organizações familiares em determinada época da história e vice e versa.

Sendo assim, para entendermos melhor a sociedade neoliberal em que estamos inseridos é necessário fazer um apanhado histórico buscando compreender como a mudança familiar nos traz ao atual estado de nossa sociedade.

Observa-se comportamentos diferentes nas relações e no convívio entre vizinhos que se encontram em classes sociais distintas, pois percebe-se a

cumplicidade dos menos favorecidos para com pessoas em dificuldades, todavia, deixando claro que não é apenas características dos menos abastados serem altruístas, mas aqui é citado apenas como uma particularidade da sensibilidade de muitas pessoas que se colocam no lugar do outro na tentativa de amenizar situações precárias que eles compartilham diariamente como a exclusão e a fome.

Conclui-se então, que estudos, como o de Macedo (1994) e Manfredini (2019), por exemplo, tratam do conceito de família, trazendo muita importância para essa dissertação ao possibilitar estabelecer a relação, justamente, entre os diversos tipos de família e o modelo econômico neoliberal, modelo esse que viabiliza o endividamento familiar, que é objeto deste estudo.

Visto isso, perpassamos pelos diversos tipos de família nessa seção e partiremos para um recorte mais específico posteriormente, o qual busca relacionar melhor as famílias pobres com o nosso outro objeto de pesquisa, o endividamento.

1.2. Família, pobreza e acesso a renda: desafios da sociedade

De acordo com Cunha (2013) a superação da pobreza está relacionada a importância do capital social, porém nem todos conseguem desenvolver esse capital social. Os indivíduos que vivem com a ausência do capital social, se encontravam sem capacidades de realizar seus projetos, buscando apenas a sobrevivência.

Sarti (1994) partiu da família para entender quais são as obrigações e direitos que cada indivíduo tem, como se organizam e qual o lugar de cada um dentro do âmbito familiar. Qual a perspectiva relacionada com o trabalho se é o de suprir o aqui o agora (sobrevivência) ou é além da sobrevivência para uma melhoria futura? Qual a relação da comunidade com pessoas de mesma classe social e de classe social distintas?

Um clássico da literatura brasileira, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, é analisado por Bosi (1982) que nos traz a importante reflexão de que o migrante nordestino de família pobre é caracterizado pelo sentimento de carência, ou seja, na

década de 60 os pobres migrantes começaram a ser caracterizados por uma melancolia, criando, assim, uma visão preestabelecida do pobre, que é justamente o que o autor busca criticar em sua obra.

Além disso, Sarti (1994), ao analisar *Vidas Secas*, nos aponta que, ao longo do tempo, a definição de um indivíduo pobre deixou de ser somente aquele que não tem condições financeiras, classificado como um grupo social que é privado de seus direitos, ou seja, atualmente a pobreza, que anteriormente estava relacionada apenas com a falta do poder econômico, apresenta também uma forte ligação com o cenário social que estamos inseridos.

Com a crescente globalização oriunda do capitalismo houve também um aumento nas condições de vida caracterizada com a pobreza e da miséria em nosso país. Isso é reflexo, justamente, da desigualdade social provocada, dentre outros fatores, pela falta de políticas públicas eficazes no combate à pobreza.

Para Yasbek (2003) pobreza é definida pela falta de condições de um grupo social em adquirir o mínimo existencial. Dito isso, o Estado não apresenta alternativas efetivas para contornar a situação de miséria de diversos grupos sociais, podemos associar parte dessa responsabilidade à falta de políticas públicas.

A exclusão social e a desigualdade andam lado a lado em nosso país, sendo que:

o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social representa o principal determinante dos elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade brasileira. (Barros, 1995)

Segundo Barros (2000), podemos perceber que o nosso país tem potencial para eliminar a pobreza enraizada em nossa sociedade, mas devido a diversos fatores, como a formação histórica do nosso Estado e o modelo econômico atual adotado no Brasil, nossa sociedade carece da garantia dos direitos humanos a todos os habitantes.

Portanto, é visível que o colonialismo escravocrata e as subsequentes formas de governo em nosso país contribuíram para nossa situação atual. Em outras palavras, podemos relacionar a história com nosso cenário econômico atual.

Véras (2003) nos traz um conceito para o entendimento da situação social do Brasil, dizendo que estamos em um Apartheid social, no qual o modelo econômico foca em enriquecer ainda mais os ricos sem conseguir garantir as necessidades básicas do resto da população.

Isso é evidenciado através das pesquisas feitas sobre economia, como a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) em 2021, a qual será mais bem explicada na seção de endividamento familiar.

Segundo pesquisas da PEIC (2021), a partir dos anos 2000, umas das principais causas para desestabilidade familiar é a situação socioeconômica em que a família está inserida. Visto isso, a carência da economia doméstica impacta diretamente na formação dos indivíduos mais vulneráveis, ou seja, as crianças, que por sua vez, se vêm encurraladas de forma desumana dentro de famílias que lutam pela sobrevivência e condições de vida melhores.

Em concordância com o parágrafo acima, Gomes e Pereira (2005) dispõe:

Ao aprofundar a discussão sobre família, pôde-se fazer um retrato vivo dos reflexos que a crise econômica impõe sobre as famílias pobres. Diante das reflexões apresentadas é possível afirmar que a situação de esgarçamento dos vínculos familiares resulta da miserabilidade a que estão sujeitas as famílias, sendo esta a mola propulsora para a sua desestruturação (Gomes e Pereira, 2005, p.360).

Em razão disso, Gomes e Pereira (2005, p.360) reforça a ideia de que, é prioridade a transferência de arquétipo no que se refere a adoção de programas sociais que insiram, de fato, as famílias, levando em consideração seus membros.

Portanto, mesmo que não sejam resoluções perduráveis, é necessário que o Estado esteja atento à situação caótica das famílias menos favorecidas. Mas também que consigam promover medidas imediatas com intuito de melhorar a

qualidade de vida dos cidadãos, pois, com a criação de uma cultura para amparar os mais marginalizados, casualmente, haveria uma melhora e evolução nas contramedidas referentes ao cenário atual do país, com finalidade de atenuar a pobreza no Brasil.

2. Endividamento Familiar: Um fenômeno complexo

O endividamento familiar é uma questão socioeconômica que afeta uma vasta parcela da população e pode ser compreendido como a incapacidade de uma família honrar seus compromissos financeiros dentro dos prazos estabelecidos. Em contextos mais ampliados, como o brasileiro, observamos que o endividamento familiar não é apenas uma questão de má gestão financeira individual, mas está entrelaçado com uma série de fatores macroeconômicos, culturais e sociais. A falta de políticas públicas para amparar as famílias pobres e endividadas aliada ao contexto econômico do capitalismo mundial, entre outros fatores, nos levam a ser uma população majoritariamente endividada, como mostram as pesquisas encontradas nessa seção.

Dessa forma, buscaremos relacionar a pobreza como causa do problema central dessa seção, que é o endividamento familiar, bem como categorizá-lo e refletir sobre suas consequências mediante as famílias brasileiras.

2.1. Pobreza e endividamento familiar

Em um recorte da história do país, Rocha (2003) retrata que entre 1970 e 1999 a pobreza deixa de ser majoritariamente rural e passa a ser também urbana, uma vez que as práticas capitalistas passam a ser mais inseridas no Brasil. Para a autora, esse fenômeno denomina-se “metropolização da pobreza” (p.139).

Em Salvador, região metropolitana, não é diferente, as práticas capitalistas, como acesso ao crédito, atingiram a população. Tal fato reflete diretamente no empobrecimento e, conseqüentemente, no endividamento do povo. Montali e

Tavares (2008) afirma:

A reestruturação produtiva intensificada a partir de 1990 elevou o patamar de desemprego e a precarização das relações de trabalho, com redução do assalariamento regulamentado e aumento de vinculações menos protegidas, como trabalho autônomo e assalariamento sem carteira assinada, bem como instauração de novas formas de contratação. (Montali e Tavares 2008 p. 213)

Em outras palavras, diversos fatores contribuíram para o estado econômico atual do país. Então, é importante notar que há uma ordem cronológica de fatores que implicarão no surgimento do endividamento.

O tema de endividamento permite muitas reflexões sobre o seu conceito de fato. Segundo o SPC Brasil (2016) 77% dos 608 entrevistados (maiores de 18 anos e ativos na renda familiar) não sabem de fato o que significa o termo endividamento:

A confusão mais citada tem a ver com os compromissos não honrados: 46,7% dos entrevistados acreditam que estar endividado é ter contas em atraso/que estão sem pagar, sobretudo entre as mulheres (52,3%) e os pertencentes às Classes A/B (59,6%). De modo semelhante, 30,6% dos respondentes acreditam que estar endividado é ter o nome registrado no SPC/Serasa, principalmente entre os homens (34,1%) e pessoas das Classes C/D/E (34,4%). Apenas um em cada cinco consumidores (20,2%) compreende o significado real, respondendo que uma pessoa endividada é aquela que possui parcelas a vencer de compras e/ou empréstimos (SPC Brasil, 2016, p.2).

Silva (2020, p.358) afirma que o endividamento pode ter relação com o consumo de bens e serviços havendo uma grande possibilidade de se tornar permanente, a partir do momento que a renda do devedor é comprometida, chegando ao ponto de não poder mais honrar seus compromissos por estar com o próprio salário implicado.

Flores (2013) descreve o conceito dizendo que:

[...] o endividamento compreende assumir ou contrair dívidas, derivando do verbo endividar-se. O Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002) complementa a definição, dizendo que o endividamento é um saldo devedor do indivíduo, que pode ser resultado de uma ou mais dívidas (simultaneamente), que são geradas através de capital de terceiros (Flores, 2013, p.16).

Desta forma, esse problema econômico está relacionado as dívidas geradas por meio de empréstimos ou outras formas.

Assim como, De Carvalho (2017) complementa,

[...] o endividamento como a existência de uma obrigação que será obliterada após o pagamento, caracterizado pelo consumo antecipado, onde basta contrair a dívida para enquadrar-se como endividado. Outros trabalhos apresentam o endividamento como algo decorrente da ação involuntária de não pagar o que foi usufruído, resultando no acúmulo de dívidas. (Carvalho 2017, p.102)

Portanto, há diversos autores – supracitados - que buscam definir o endividamento, mas o importante não é apenas conceituá-lo, mas compreender que esse fenômeno está ligado à incapacidade do devedor quitar as suas dívidas atuais devido suas dificuldades financeiras.

Como visto, o endividamento tem diversas definições, mas para a presente dissertação iremos adotar, sem muitas perdas, a definição de Keese (2012), na qual o endividamento é uma consequência da perda do controle e falta, por parte do indivíduo ou agregado familiar, de compromissos com um saldo negativo.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional de Comércio e de Bens, Serviços e Turismo, em 2021, o endividamento está cada vez mais presente no dia a dia das famílias brasileiras. Ainda, de acordo com a pesquisa, mais da metade das famílias no Brasil estão endividadas, isso evidencia a situação horrível pela qual muitos brasileiros passam.

No nosso cenário atual de pós-pandemia, essa situação é ainda mais

agravante, pois mais indivíduos tem dificultada a condição de acessar o básico para se manterem dignamente, uma vez que o cenário econômico está ainda se reestruturando.

Buscando compreender a raiz do problema, precisamos fazer uma retomada histórica e uma análise minuciosa sobre evolução econômica do país. Sendo assim, destaca-se o processo de financeirização expansiva no Brasil, que facilitou o acesso ao crédito e, por sua vez, levou ao cenário que se encontram atualmente, muitas famílias, em outras palavras, o endividamento familiar.

Por outro lado, para entendermos o processo de financeirização precisamos apontar alguns acontecimentos que antecederam esse fenômeno, como o surgimento do cartão de crédito.

Berquó (2013), em sua pesquisa, aponta que os primeiros cartões de crédito começaram a aparecer por volta dos anos de 1958 até 1968 e, hoje em dia, segundo as pesquisas da CNC, representam a maior fonte de endividamento em nosso país, cerca de 90% das famílias endividadas têm alguma dívida vinculada ao cartão de crédito, que surgiu, justamente, da dinamização do mercado.

O que fica respaldado com a criação da lei nas operações de crédito rural, as instituições financeiras dispunham dos títulos de crédito criados pelo Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 (Brasil, 1967). Em meados da década de 1970, surgiu um plano ideal, por parte das instituições financeiras, que seria vantajoso utilizar o sistema de crédito não só com as grandes empresas, o que já era praticado, mas também com os cidadãos do país. Porém, ao longo prazo, a situação só contribuiu para o estado em que muitos estão envolvidos: muitas famílias não têm como pagar suas dívidas.

Nessa mesma década, justamente, com a criação da financeirização expansiva no Brasil, como chama Fernandes (2018), começou-se, como já dito, a se formar um mercado voltado para as práticas consumistas o que levou diretamente ao surgimento do crédito voltado para as famílias menos favorecidas, que anteriormente a esse período só estavam sendo exploradas em termos de força de trabalho.

No Brasil, no século XX houve muitas mudanças socioeconômicas, dentre

elas, a ascensão da classe mais favorecida economicamente em relação às questões políticas/sociais/econômicas, que foi tardiamente consumada em nossa sociedade, por volta de 1974. O termo “Revolução Burguesa” é uma hipérbole, em nosso país, pois, como aponta Fernandes (2018), essa reforma não trouxe consigo mudanças muito significativas, mas sim esteve totalmente voltada para uma parcela populacional, os burgueses.

Rocha (2003) aponta que outro fator de extrema importância para a dinamização do mercado de consumo foi o êxodo rural, com fim em 1980, que foi marcado pela migração dos camponeses para a cidade em busca de novas oportunidades. Ou seja, de forma simplória, alguns fatores contribuíram para a intensificação da financeirização e, conseqüentemente, da expansão do mercado interno.

No entanto, o crédito ao consumidor, enquanto acelerador da rotação de capital na circulação de mercadorias e potencial impulsionador de parte do trabalho necessário dos assalariados, só adquiriu vulto considerável com a concretização de um sistema financeiro moderno, dinamizador do mercado de capitais e de investimentos e, ao mesmo tempo, guarnecido pela provisão estatal de liquidez e de instrumentos básicos que garantissem o sistema, afirma Costa (2008), ex-vice-presidente da caixa econômica.

Diante de todos esses acontecimentos, as famílias brasileiras também estavam passando por períodos de mudanças, portanto, o Brasil estava diante de uma ressignificação social e econômica.

Foi nesse período que o consumismo começou a se intensificar, mesmo que estivesse restrito, ainda, apenas para a classe mais alta da sociedade e para a classe média, que era, na época, nada mais que um pedaço da classe trabalhadora, que, porventura, conseguiu acumulação de algum capital e, conseqüentemente, poder de compra.

Com o esgotamento do regime militar, a transição gradual, lenta e segura para a redemocratização foi limitada pela manutenção da autocracia burguesa, sob ritmos menos intensos que até então (Octávio Ianni 1983, p. 111)

Já em 1994, com o surgimento do plano real, os preços dos produtos no país ficaram mais estabilizados em relação ao período da Ditadura Militar e uma maior estabilização na condição financeira do nosso país, até mesmo para as famílias menos favorecidas.

Além do acesso ao crédito, por parte da classe pobre, que futuramente iria se desdobrar em uma das causas do endividamento, e por conta da estabilização promovida pelo Plano Real. Houve, nos anos 2000, a expansão da bancarização. Para a Federação Brasileira de Bancos (2021), a bancarização foi um processo que constituiu, como o nome sugere, um aumento na relação entre a população e os bancos recém-criados no Brasil, com finalidade, justamente, de promover o crédito ao consumidor de forma mais rápida e fácil.

Seguindo para o século XXI, Ribeiro (2018), nos traz boas reflexões para entendermos melhor o cenário em que o endividamento permeia a nossa sociedade. Para o autor é importante compreender muito bem a base de dados que temos sobre o quanto de crédito é oferecido e o juros aplicado sobre o mesmo e quais as taxas de endividamento. Por isso, essa dissertação se baseia nos dados da PEIC e do CNC para conseguir vincular, justamente, o crédito e o endividamento.

Ainda, segundo o autor, o Brasil ainda tem traços do modelo econômico do capitalismo financeiro, no qual a obtenção de lucro se origina, também, da popularização do acesso ao crédito pelas classes mais empobrecidas.

O que é reflexo das instituições financeiras criarem o sistema de empréstimo para os indivíduos, pois julgaram que haveria um lucro em cima disso e, a partir dessas épocas, criou-se o que nós conhecemos como “financeirização do capital” representando a exploração da força de trabalho e sobretudo aumentando as taxas de juros (Ribeiro, 2019, p.177), a qual, nada mais é do que o ato de vender dinheiro e receber de volta uma quantia maior devida as taxas imensas de juros.

Esse conceito é extremamente importante para relacionarmos com a financeirização presente na atualidade. Isso ocorre, caso o indivíduo tenha acesso ao crédito com alguma instituição financeira para pagá-la de volta, esse cidadão precisa vender sua força de trabalho com a finalidade de cobrir o montante que lhe foi emprestado e os juros sobre ele.

Como visto, a implementação do capitalismo foi bem lenta e gradativamente seguindo a dissolução da estrutura escravista, a partir do final do século XIX, de forma que isso possibilitava a reorganização das estruturas de produção. Todavia, não foram todos os pontos citados nos desenvolvimentos, frutos de resistência estamentos senhoriais, mas foi uma condição imposta pela economia capitalista, originada do período colonial, periférico e marginal (Andrade, 2018, p.6)

Para Fernandes (2018), as principais características marcantes do capitalismo em nosso país são a desigualdade social e o subdesenvolvimento. Em outras palavras, o autor enxerga o sistema econômico implantado, por ser em nosso país, de certa forma, é falho, pois apresenta, como podemos perceber, uma forte tendência a recompensar os que muitos têm e tirar dos que tem pouco.

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. (Fernandes, 2006, p. 293).

Desta forma, é possível concretizar as revoluções econômicas que estão interligadas nas diversas mudanças capitalistas. Assim, a dupla articulação, a alta burguesia e a pequenas burguesia segue um circuito mais restrito, ou seja, a história se inicia e tem seu fim no capitalismo de extrema competição dependente (Fernandes, 2006, p.293).

Podemos ver o fato não ter uma estabilidade financeira impacta no modo de vida dos estudantes da EJA, pois, paralelo a isso, muitas famílias optam por meios pouco seguros e arriscados, por falta de conhecimento e maturidade, para utilizar adequadamente o crediário. Esse comportamento vai nutrindo progressivamente o credor, através dos juros, tornando-se uma bola de neve e dificultando a saída dessa situação complexa.

De acordo com Ayeza e Carlos (2015) o Estado propõe consumismo para aquecer a economia, com a finalidade de evitar queda da atividade econômica ou recessão. Mas o Estado também precisa atuar de formas opostas do que

vem propondo, é necessário oferecer as necessidades básicas do qual a família precisa para sobreviver, inserindo políticas públicas para desfrutar do mínimo existencial.

Nesse contexto, existe o consumidor de boa-fé, que acaba sendo atraído com tantas facilidades, inclusive usando o crediário sem um ordenamento (salário fixo), satisfazendo seus desejos naquele momento, e depois encontram-se impossibilitado de assumir seus pagamentos.

Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (2021) para as famílias que ganham até dez salários-mínimos, nas quais estão a maioria dos alunos da EJA, o percentual com dívidas foi de 64,9% em janeiro de 2014, antes, 63,9%, em dezembro de 2013 e 61,5% em janeiro de 2013. Ou seja, o percentual de famílias endividadas vem crescendo aos poucos há muitos anos.

O cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívida por 77,3% das famílias endividadas, seguido por carnês, para 17,0%, e, em terceiro, por financiamento de carro, para 10,3%. Isso nos mostra que o sistema de crédito é o maior vilão das famílias mais populares no Brasil, o que é reflexo, também, da facilidade que hoje em dia as famílias têm em acessar o sistema crediário.

A pesquisa do CNC, em junho de 2021, aponta uma forte elevação no endividamento: 7 em cada 10 famílias de baixa renda encerraram o semestre com dívidas, ou seja, a inadimplência superou 70%, maior número em 11 anos. Como já visto, isso era previsto, pois a cada ano o endividamento via crescendo aos poucos. E isso foi ainda mais acentuado pela quarentena, pois muitas famílias perderam suas fontes de renda, o que refletiu na explosão do endividamento aqui no Brasil.

Ainda na pesquisa da CNC em relação ao número total de famílias encontramos que, em junho de 2021 foi de 69,7 % o total de endividados. Com dívidas ou contas em atraso eram 25,1% em junho de 2021 e os que não terão condições de pagar suas dívidas serão 10,8%.

Foi feita a pesquisa em dois grupos de renda: famílias com até 10 salários-mínimos e famílias com rendas acima de 10 salários-mínimos. Independente da renda, percebeu-se o aumento no endividamento alcançando, em ambos os grupos, mais do que 65% de famílias endividadadas, o que nos traz um alerta para esse problema que vem crescendo não somente em uma única classe social, mas em todas elas.

Também na pesquisa do CNC, percebe-se que as famílias muito endividadadas vêm crescendo desde o mês de março de 2021.

Vale ressaltar também que a maior parte do endividamento, em ambas as famílias de diferentes rendas, está atrelado a dívidas do cartão de crédito, mais de 80%, o que reforça a ideia de que vivemos em uma sociedade que estimula o consumo.

Quadro 1 Pesquisa da PEIC

Mês	Percentual de Famílias			Número Absoluto de Famílias			Prazo de Comprometimento da Renda			
	Endividadadas	Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar	Endividadadas	Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar	Até 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 Meses a 1 Ano	Por Mais de 1 Ano
jun/20	57,7%	15,6%	7,6%	2.282.189	617.272	299.012	19,2%	18,3%	18,6%	41,6%
jul/20	55,6%	15,9%	7,4%	2.199.242	627.622	291.002	19,5%	20,1%	18,3%	40,6%
ago/20	56,4%	17,2%	7,6%	2.231.808	678.834	300.735	20,5%	22,6%	16,2%	40,0%
set/20	58,5%	18,1%	8,1%	2.316.717	717.426	321.067	19,9%	24,3%	17,9%	37,4%
out/20	57,3%	18,2%	8,5%	2.270.901	721.168	335.161	18,1%	24,5%	20,3%	36,4%
nov/20	56,1%	18,5%	8,5%	2.224.655	733.853	335.872	18,2%	24,0%	22,0%	35,1%
dez/20	57,7%	18,9%	8,6%	2.288.089	751.478	339.934	20,3%	23,6%	22,4%	32,9%
jan/21	58,7%	18,7%	8,5%	2.331.181	743.420	337.222	21,9%	24,5%	21,3%	31,4%
fev/21	59,2%	18,2%	8,3%	2.348.970	720.874	328.725	23,1%	26,7%	21,2%	28,1%
mar/21	60,9%	18,4%	8,4%	2.419.031	732.588	333.922	25,3%	27,4%	21,2%	25,2%
abr/21	61,7%	18,8%	8,3%	2.452.624	748.183	330.908	26,8%	25,8%	20,1%	26,5%
mai/21	62,7%	19,2%	8,6%	2.495.186	764.314	342.677	25,5%	26,1%	18,7%	28,8%
jun/21	64,6%	19,5%	8,7%	2.572.097	776.338	347.126	24,3%	26,9%	18,1%	29,7%

Fonte: CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – outubro de 2021

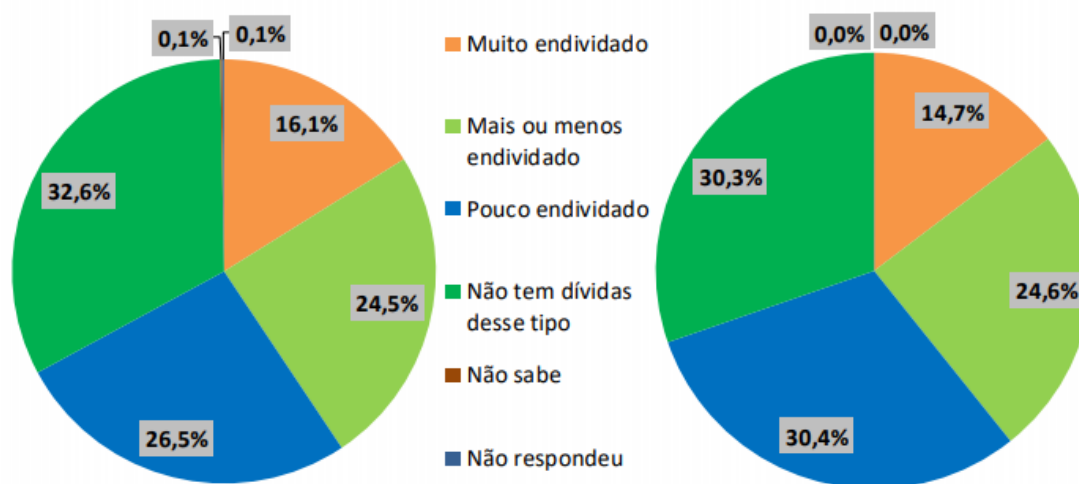
Segundo a pesquisa da PEIC, o endividamento alcançou a maior taxa em junho de 2021. Aproximando-se com os dados da CNC. A proporção de endividadados no cartão também chegou a um percentual histórico e isso é reflexo de tudo que foi dito anteriormente, em destaque o estímulo ao consumismo.

Quadro 2 Nível de endividamento CNC

Nível de Endividamento – Comparação Anual

Nível de Endividamento - Junho de 2020

Nível de Endividamento - Junho de 2021



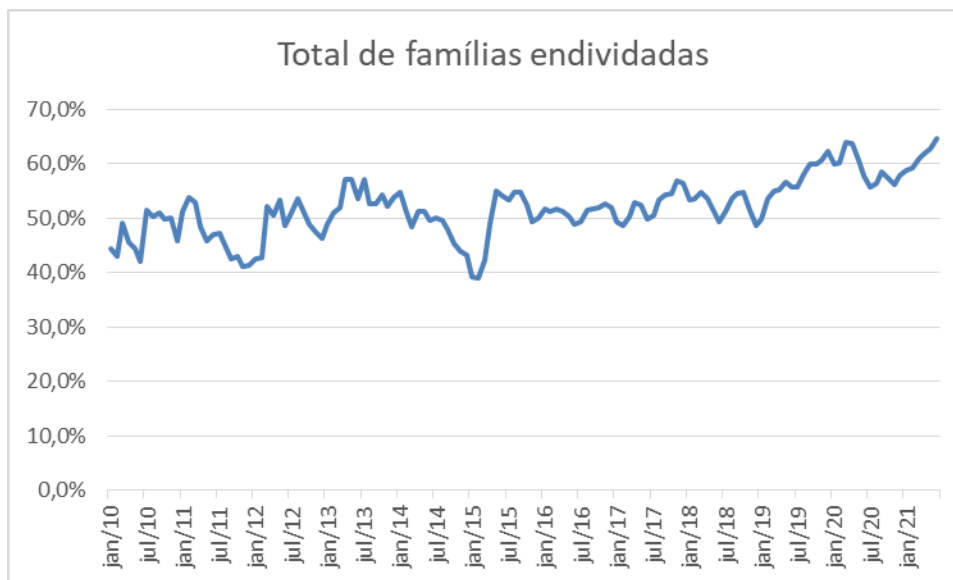
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo | Divisão Econômica 29/06/2021

9

Fonte: CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – outubro de 2021

Nesse gráfico podemos identificar algumas informações. Em primeiro lugar, o número de famílias endividadas aumentou no período de um ano, mas percebe-se que o nível de famílias autodenominadas muito endividadas caiu. Por outro lado, as famílias pouco endividadas cresceram significativamente, provavelmente, devido a retomada das atividades comerciais no início de 2021, mesmo em período de quarentena, resultou em duas consequências: Primeiro, as pessoas muito endividadas conseguiram quitar uma parte da dívida, por outro lado, com a redução do valor concedido pelo auxílio emergencial do Governo Federal, juntamente com a alta do preço dos alimentos que compõem a cesta básica, levaram a um novo quadro de endividamento.

Quadro 3 Total de famílias endividadas



Fonte: CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – outubro de 2021

Na pesquisa da PEIC, dividida também em duas classes de renda para as famílias (abaixo de 10 salários-mínimos e acima disso), no final de 2019 e início de 2020, junto com o início da pandemia o endividamento médio das famílias ultrapassou a média de crescimento dos outros anos, pois antes desse período a média das famílias endividadas era de 5 em cada 10. Tudo isso pode ser reflexo, justamente, de uma falta de organização financeira das famílias, talvez não tenham aprendido e não foram ensinadas a fazer um planejamento de suas finanças pessoais e não souberam lidar com essa situação adversa.

Como visto na pesquisa da CNC, a pesquisa da PEIC também nos informa que a maior parte das dívidas estão relacionadas com o cartão de crédito.

Concordando com todos esses dados citados, o Banco Central (Banco Central Do Brasil, 2021) também fez uma pesquisa que nos aponta, justamente, que o mês de junho de 2021 atingiu o maior índice de endividamento desde 2005.

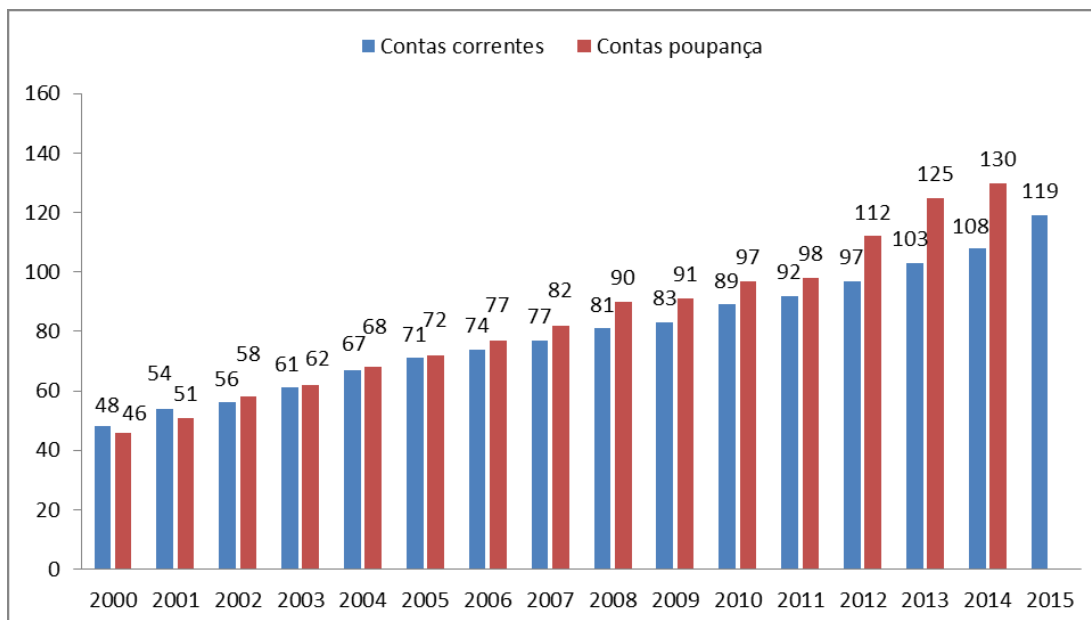
Segundo o IBGE, no Brasil, em 2003, 50,88% os orçamentos das famílias eram gastos apenas com o consumo básico, ou seja, as famílias recorriam ao crediário para outros tipos de consumos. De acordo com a ABECS (associação dos cartões de crédito), a utilização do crediário triplicou entre 2000 e 2006 e vem crescendo ainda mais até os dias atuais.

As classes menos favorecidas, que representam 77% da população brasileira estão endividadas. Houve uma aderência significativa de 22 milhões de contratos de crédito, sendo que, dentro desses consumidores mais de 80% ganham entre 1 e 3 salários-mínimos e 59% ganham apenas 1 salário-mínimo, ou seja, famílias populares estão inseridas nesse contexto de endividamento. Isso tudo é reflexo justamente do nosso modelo econômico que prioriza o consumo, conseqüentemente, não deixa escolha, muitas vezes, para as famílias à margem da pobreza, incluso os estudantes da EJA.

Para pessoa física o acesso ao crédito aumentou 8 vezes, proporcionando uma elevação do crédito para o consumidor no Brasil. Antônio Hermam Bejamim denominou essa explosão do sistema crediário de “bancarização”, que é, justamente, a democratização do crédito para todas as classes sociais. Em outras palavras, está cada vez mais fácil ter acesso ao crédito para pagar suas contas ou comprar coisas novas, por outro lado, está cada vez mais difícil quitar essa nova dívida para com o novo credor.

Os encontros dos consumidores em potencial com os eventuais objetos de consumo tendem a se tornar as principais unidades na rede peculiar de interações humanas conhecida como ‘sociedade de consumidores’. Zygmunt Bauman (2008) conceitua o consumismo como um arranjo social decorrente dos anseios humanos, o qual funciona como uma força propulsora da própria sociedade, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de autoidentificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas individuais.

Quadro 4 Quantidade de contas correntes e de poupanças ativas – em milhões – (2000-2015).



Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (2018)

O gráfico retrata bem o crescimento das contas poupanças e correntes ao longo desses anos, resultados desses benefícios de créditos que foram oferecidos como resposta a transição de políticas econômicas.

Houve uma queda significativa na economia do Brasil de 2019 até os dias atuais, cerca de 1,5% até o primeiro trimestre de 2021 (PEIC, 2021). Isso evidencia que a pandemia do covid-19 teve um impacto negativo também nos âmbitos econômicos, não só em nosso país, mas também no mundo inteiro.

Tal fato já era esperado, pois, devido ao distanciamento social, muitos trabalhadores informais deixaram de obter sua renda mensal, o que os levou a uma situação de endividamento, como disse Trindade (2021):

Os trabalhadores informais, quase sempre desamparados pelo Estado e sujeitos a condições de trabalho extremamente degradantes, anunciavam, com a sua permanência nas ruas, a situação de precarização que os acometia, a qual se complexificava com a nova conjuntura (Trindade, 2021, p.143)

Embora houvesse a criação do projeto de auxílio emergencial pelo Governo a

situação ainda passa longe de ser ideal, pois como já dito, esse problema social envolve muitas outras coisas além do dinheiro.

Perante esse cenário, nos cabe refletir, como cidadãos, parte dessa sociedade, sobre essa situação em que nós nos encontramos. Será que uma educação financeira bem estruturada em nossa sociedade transmitida como forma de cultura através de gerações nos ajudaria durante uma crise como essa?

A resposta lógica para essa pergunta nos leva a crer que sim, uma educação baseada na organização financeira familiar, de acordo com tudo o que já foi visto, nos ajudaria a contornar ou amenizar um pouco essa crise, que não é somente por conta da pandemia, mas que já vinha se agravando ao longo dos anos.

Por outro lado, não podemos atribuir toda a solução do problema ao simples fato de se ter uma educação financeira, pois sabemos que a pobreza envolve diversos outros fatores muito mais complexos, como desdobramento da criação da sociedade de consumo, por exemplo.

Bauman (2008, p. 71), sociólogo polonês define a sociedade de consumidores, como sendo “o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas”. O autor ainda nos propõe uma discussão sobre esses vários cenários em constante modificação, onde coloca como centro das atenções: o indivíduo-consumidor e sua família. Nesta nova organização social, os indivíduos se tornam ao mesmo tempo promotores de mercadorias e também as próprias mercadorias que promovem, desta forma, assim é modelado um novo espaço de relações denominado “mercado de consumo”; onde esses indivíduos-consumidores são sempre induzidos a seguirem um estilo de vida com conquistas materiais, que julgam prazerosas e dignas de produzir felicidade, além disso, o consumir virou uma qualidade de vida e uma necessidade humana que alivia o estresse perante os problemas corriqueiros da vida em sociedade.

O código de defesa do consumidor (Brasil, 1990) teve particular importância na sociedade brasileira por criar um espaço de direito onde, embora as partes não sejam iguais, os setores dominantes (no caso as empresas) têm um interesse pontual em levar as reclamações em consideração que, geralmente, não se

encontram diretamente protegidas pelo Estado ou pelo sistema de convenções sociais que assegura a impunidade dos grupos dominantes.

A criação de novas instituições (os Procons) e mecanismos que permitem ao cidadão comum defender os seus direitos sem ter que recorrer à polícia ou ao sistema judicial comum foi fundamental para mobilizar os consumidores na identificação com os novos direitos. (Bernardo Sorj, 2000, p. 60)

O código de defesa ao consumidor assinala que a manutenção dos direitos do consumidor é fundamental, assim como alimentação, educação, entre outros.

A facilitação do acesso ao crédito e o imediatismo já citado proporcionam um maior descontrolo económico por parte das famílias, pois elas têm a falsa sensação de maior poder aquisitivo, embora levando ao endividamento familiar.

Tais fatos supracitados afetam tanto o psicológico do indivíduo, que muitas vezes não vê no futuro a mudança desse cenário, como também põe em risco a saúde física das pessoas. O que fica evidenciado nas diversas pesquisas, como a de Richardson, Elliott e Roberts, realizada no ano de 2013, é que as pessoas no enfrentamento dos problemas relacionadas ao endividamento podem ter sua expectativa de vida reduzida devido ao estresse, além de aumentar o nível de mortalidade em uma população.

Por isso, é essencial que a todos possam ser asseguradas uma vida com saúde física e mental e com qualidade. Todos estes benefícios serão agregados, pois um depende do outro, trazendo o sustento e fortalecimento para se tentar resolver o problema do endividamento com um olhar mais centrado na razão e com mais tranquilidade.

O saldo devedor que a maioria dos indivíduos está inserida traz consequências desastrosas no âmbito familiar e no meio o qual ele vive. Dentro destas consequências, podemos destacar os de cunho subjetivos e os relacionais. Todos esses fatores negativos, como tristeza, isolamento, estresse, depressão, discórdia familiares, brigas, separação, divórcio e o próprio suicídio, podem ter como uma de suas causas a falta de uma organização financeira. Ou seja, todo esse cenário do endividamento contribui progressivamente para desestruturar um dos bens mais preciosos que temos que é nossa saúde mental e física. Tal realidade se

evidencia em um estudo mais recente realizado por Hojman, Miranda e Ruiz-Tagle (2016), na qual descreve a relação direta entre as taxas de endividamento familiar e a depressão, ansiedade entre outros problemas.

É primordial buscar estratégias para não chegar aos extremos dessa intranquilidade que muitos estão acometidos, que é o saldo devedor, que estigmatiza milhares de pessoas e levam esses indivíduos a buscar alternativas nocivas e prejudiciais para sua saúde, como bebidas alcoólicas e o cigarro. É necessário ter um planejamento financeiro, organização financeira e metas pessoais para alcançar os objetivos de curto e longo prazo e essas qualidades serão um gatilho para uma paz mental.

Cabe ao Estado criar e garantir políticas públicas como uma forma de incluir toda a população que está inserida nesse contexto negativo e que tem muita dificuldade para sair. Se não forem tomadas alternativas urgentes para erradicar este cenário atual, grandes consequências serão instaladas no seio familiar.

Atingir a estabilidade financeira, saber como e onde gastar seu dinheiro é um privilégio para poucos, como nos indica as pesquisas ao longo dessa seção, boa parte da população está endividada por diversos motivos, dentre eles o modelo econômico vigente em nosso país, o neoliberalismo.

A verdade é que muitas famílias não têm seus mínimos existenciais garantidos, então como podemos abordar esse assunto de organização financeira com elas? Essa é uma das dificuldades que encontraremos se tentarmos contornar o endividamento somente com uma ferramenta: a educação financeira.

Por isso, faz-se necessário criação de políticas públicas voltadas para a classe mais vulnerável economicamente, criação de leis que protegem o consumidor de classe média e baixa, incentivo a uma educação financeira, dentre outras contramedidas que ajudariam não só a contornar o endividamento, mas também amenizar o quadro da pobreza em nosso país.

2.2. O endividamento familiar nas últimas décadas

O endividamento das famílias brasileiras em meados dos anos 2010, foi caracterizada pelo uso exagerado do cartão de crédito. Até 2018 o cartão de crédito foi o principal responsável pelo endividamento da família, porém o que estava em segundo lugar – os carnês -, teve uma redução de 13,5% no período entre 2010 e 2018, justamente pela facilidade com que se podia ter um cartão de crédito (Hatano, 2019, p.4).

Puente e Janone (2022) afirmaram que, devido a inflação e as taxas de juros em dois dígitos foi revelado pela pesquisa feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que o Brasil em janeiro de 2010, tinha o maior percentual de família invidiadas. Segundo os autores “em abril daquele ano, o percentual de endividados era de 58%. Em 2011, esse número subiu para 62,6%. No ano seguinte, caiu para 56,8%. Em 2013, subiu para 62,9%. Nos anos seguintes, houve queda. Em 2019, o número voltou a subir e chegou a 62,7%. Nos anos de 2020 e 2021, o percentual era de 66,6% e 67,5%, respectivamente” (Puente e Janone, 2022).

Foi o desenvolvimento financeiro nesse momento da história que deu forças ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) fazendo com que houvesse um crescimento nos produtos e serviços financeiros oferecidos aos trabalhadores que, naquele exato momento, não tinha oportunidades (Ribeiro e Lara, 2016).

Para os autores citados, o crescimento dos créditos no Brasil não foi em benefício das famílias em si, que compunham pessoas que trabalhavam, mas apenas com o interesse no capital financeiro. Foi então, que houve uma transformação que possibilitou: a abertura de diversos bancos particulares, a privatização de bancos regionais, os refinanciamentos das dívidas e o início das taxas de juros altíssimas que apenas traziam vantagens para os bancos, e ainda, a criação dos bancos que tinham em sua estrutura de funcionamento os investimentos, como foi o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - no final do século XX - que resultou em uma grande concentração de capital utilizando-se do excedentes para investir em obras em todo o país (Ribeiro e Lara, 2016, p.341).

Segundo Costa (2015 p.150) o desenvolvimento do crédito pode ser explicado com o Produto Interno Bruto (PIB) que, em março de 2015 alcançou um índice de

54,8% configurando um grande avanço nas três últimas décadas.

Chesnais (2010) afirma que existe uma proeminência das finanças que se apropriam dos produtos financeiros que exercem uma função de usar a exploração como um meio de garantir cada vez mais lucros da produção e dos rentistas:

[...] a finança liberalizada consolidada depois de 1978-1980, criou ativos financeiros (“produtos financeiros” no jargão atual) que aparecem aos olhos de seus portadores como sendo “seu capital”, enquanto que se trata de pretensões sobre uma produção futura. Seu grau de efetividade depende tanto do sucesso da apropriação da mais-valia como do bom dos “mercados”. Sua natureza econômica é aquela de uma punção sobre a mais-valia, fator de possível bloqueio da acumulação real (Chesnais, 2010, p.123).

É com esse cenário duvidoso na produção e nas finanças que o endividamento das famílias através dos trabalhadores e a liberação do acesso aos produtos e serviços financeiros que os trabalhadores, foram levados a desfrutar, trêmite esse que surgiu nos países de maior poder capitalista. Esses benefícios financeiros que eram apenas para as empresas ou clientes que apresentavam comprovação de renda ou propriedades, passou também a oferecer aos assalariados com médio e baixo salário ou até mesmo sem comprovação de renda.

O desenvolvimento do crédito e o que levou o endividamento, segundo Foster (2006), permitiu uma alavancada na valorização que o capital americano teve, aliado a uma falsa estagnação e ao aumento do consumo. No caso do Brasil, mesmo com a facilidade do acesso ao crédito, embora que tímido, o endividamento e a inadimplência dos assalariados retratam o tamanho que a classe trabalhadora teve no seu consumo e renda no período de 2000 a 2015 (Ribeiro e Lara, 2016, p.344).

Furlan (2023) ao tratar sobre dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que a parcela das famílias endividadas chegou a 78,3% em abril deste ano (2023), e que a previsão é que esse percentual tenha um aumento nos meses posteriores (Furlan, 2023). Esse relatório refere-se as dívidas das famílias com a massa salarial ampliada a disposição nesse

último ano.

Essa característica brasileira no crescimento do endividamento, foi gerado pelos produtos e serviços financeiros, o crédito consignado e principalmente pelo cartão de crédito o qual era uma peculiaridade restrita à camada mais abastada da sociedade na década de 1980, e que hoje, tem conquistado outras classes, refletindo assim na maior parcela dos endividados. Ribeiro e Lara (2016) descreveram:

O crédito consignado, regulamentado no governo Lula já em seu primeiro ano de mandato, que facilitou a cessão de créditos para funcionários públicos, aposentados e pensionistas; crédito imobiliário, priorizando as camadas de rendimentos mais baixas nos anos 2000, principalmente com os recursos disponíveis para o programa Minha Casa, Minha Vida após 2009; e o crédito para compra de automóveis, facilitados com a expansão da produção do setor automotivo. Outros serviços financeiros, como cheque pré-datado, cheque especial e carnês do comércio, também representam parcelas importantes do endividamento. Contudo, com a facilitação das outras modalidades, estes apresentam um decréscimo constante de seu uso (Ribeiro e Lara, 2016, p.345).

Assis (2014, p.11) chama atenção justamente para o consignado, identificando que esse recurso do governo, em dez anos (2003-2013), teve um crescimento absurdo. A autora continua dizendo que “em dez anos de execução o consignado cresceu 810,13% em operações realizadas e 575,76% em valor de empréstimo” para os aposentados e pensionistas, de acordo com o INSS.

O Cartão de crédito também merece um destaque nessa gigantesca avalanche de endividados no Brasil. Na década de 1987 para se ter um cartão de crédito aprovado era necessário ter comprovação de renda com um mínimo de cinco salários-mínimos. Nos dez anos mais tarde essa comprovação precisava apenas de R\$ 200,00, com casos em que a anuidade era gratuita. Dez anos mais tarde (2007) o número de cartões de crédito ultrapassava os 83 milhões sendo que era 15 milhões para trabalhadores que tinha uma renda de até R\$ 500,00 (Ribeiro e Lara, 2016, p.346).

No ano de 2022 o relatório da Febraban mostrou números alarmantes. As

dívidas negativadas chegava a 235,3 milhões, com valor médio de R\$ 1.222,80 no ticket, que somava R\$ 287,7 bilhões. Essas dívidas estavam divididas em 28,6% dos bancos somando em ticket um valor de R\$ 82,2 bilhões (Febraban, 2022, p.3).

O planejamento financeiro familiar é muito útil para quaisquer famílias, com enfoque para as classes médias e altas, pois é de extrema importância que possamos:

Dotar os indivíduos com conhecimento financeiro necessário para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança, e fazer investimentos estratégicos auxiliando nas tomadas de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações a curto prazo e a longo prazo, e maximizar seu bem estar e é especialmente importante para as populações que tem sido tradicionalmente sub-entendidas pelo nosso sistema financeiro. (Greenspan, 2002, p. 2)

Cunha (2013,) nos apresenta em seus estudos formas para que as políticas públicas combatam à pobreza. É indiscutível que, atualmente, a família exerce um papel fundamental na nossa sociedade, já que retomou um papel imprescindível para implantação de políticas públicas. Na compreensão do autor, a pobreza, pode ser concebida em torno de dois aspectos, o primeiro, tratando-a como um empecilho para a obtenção do conhecimento e o segundo como um obstáculo para a ação, compreendendo as políticas públicas e a proteção social.

Cavalcanti e Araújo (2009), fazem alusão, justamente, à relação entre pobreza, políticas públicas e família, e levantam um ótimo questionamento, o qual trata-se do porquê existe tanta pobreza e faltam políticas públicas que beneficiem de fato, as famílias brasileiras. Apesar de que, com o passar dos anos e a implementação, por exemplo, do bolsa família houve uma sobrevida para as famílias pobres.

Em corroboração aos autores, a presente dissertação indica que o endividamento não se relaciona apenas com a falta de planejamento financeiro, mas também com o desdobramento do neoliberalismo, que rege nosso modelo econômico.

Porém, medidas econômicas devem ser tomadas em prol da estabilização econômica no país, faz-se necessário e indispensável, a criação de uma cultura voltada para o planejamento financeiro familiar, que tenha a finalidade de reorganizar os gastos e rendimentos (Günther, 2008, p.25).

Por outro lado, é evidente que certas famílias acabam prejudicadas devido as dificuldades encontradas diante da situação de pobreza do país. Para Souza (2000), como citado por Petrini (2009), não podemos desconsiderar que “algumas das novas formas de organização familiar possuem menor capacidade de atuar nas lacunas do Estado e compõem os grupos mais vulneráveis à pobreza da sociedade” (Souza, 2000, p. 54).

Em outras palavras, quanto mais difícil para as famílias o cumprimento satisfatório de suas funções de amparo e serviço aos seus membros, maior a vulnerabilidade econômica, as situações de emergência e o aumento da marginalização social.

Assim, dentre outros fatores, a falta de um planejamento financeiro pode acarretar vulnerabilidade social, insegurança e falta de autonomia aos indivíduos-consumidores e suas respectivas famílias perante a sociedade de consumo. No caso do endividamento ainda está presente a impossibilidade de o devedor adimplir seus compromissos, como nos mostra Passos Júnior (2010).

Segundo o autor supracitado, esse endividamento pode ser passivo, quando ocorre devido à fatores alheios à vontade do indivíduo, como questões de saúde, desemprego, aumento da família, redução salarial, separação ou divórcio, entre outros. Nesses casos, fica presumida a boa-fé do devedor, por estar à mercê de situações que não dependem de sua vontade. Já no endividamento ativo entra em jogo a conduta inadequada do indivíduo em relação à utilização do crédito, tornando a si próprio incapaz de quitar suas dívidas atuais e futuras.

Levando em consideração que a “economia é a ciência que estuda a escassez de recursos” e que o “orçamento é a peça mais importante de ajuda na administração da escassez de recursos” (Ewald, 2003, p. 8), devemos considerar que todas as providências envolvendo a elaboração e o acompanhamento de um orçamento pessoal, doméstico e familiar são importantes para a saúde financeiro-

econômica de cada um. Temos, por exemplo: que comprar, poupar e investir e, de um modo geral, usar melhor o dinheiro e de forma mais eficaz, visando atingir objetivos e metas previamente estabelecidas e planejadas, com total sucesso.

Os reflexos dos problemas financeiro-econômicos nas famílias podem se agravar e ficar ainda mais sérios do que aparentam ser, ocasionando instabilidade conjugal, endividamentos precoces, desentendimentos familiares, degradação dos valores éticos, suicídio, doenças psicossomáticas como estresse, depressão e outras ligadas à fatores emocionais, comprometendo assim todo o convívio familiar e a sua qualidade de vida, e indissociavelmente vai refletir também na educação dos filhos e como eles veem os pais. Manfredini (2019) dispõe:

Em virtude do avanço da tecnologia, o conhecimento rapidamente é disseminado, todos podem ter acesso a qualquer informação, em qualquer momento. Assim, quando educam seus filhos em relação ao dinheiro, os pais têm dificuldade para demonstrar-lhes conhecimentos que os levem a mudar seu comportamento, pois as informações que pode disponibilizar-lhes não têm a mesma força e imediatismo que caracterizam os meios tecnológicos de comunicação. Portanto, somente o conhecimento não é suficiente para criar e estabelecer novos hábitos e costumes (Manfredini, 2019, p.75).

Para Martins (2004), a chave do sucesso ou insucesso na gerência das finanças pessoais é decidida pelos resultados que fomos capazes de conseguir nas três principais habilidades relativas ao manejo do dinheiro: como ganhamos, como gastamos e como investimos. O autor conclui afirmando que "o mais importante para as famílias é saber que será capaz de gerar fluxo de renda suficiente para lhe garantir uma vida digna e tranquila" (Martins, 2004).

Santos (2008) reparte os consumidores de crédito em duas categorias importantes, sendo elas: consumidores privilegiados e os vulneráveis. Os privilegiados, que tem um poder aquisitivo equilibrado e os que se encontram em vulnerabilidade social, que estão abaixo da linha da pobreza.

Os privilegiados, muitas vezes são beneficiados com esse tipo de movimento, pois utilizam o crédito a seu favor, para um investimento de forma consciente,

sabendo o caminho a percorrer. Por outro lado, a classe empobrecida, que usufrui do crediário sem maiores esclarecimentos de como manusear essa ferramenta, pode levar o indivíduo a um descontrole financeiro, perpetuando a desigualdade.

A falta de conhecimento sobre o uso do crediário, dispõe em consonância sobre o que Manfredini (2019) descreveu, a respeito de crenças e valores que precisam ser revistos, assim:

Quando os ensinamentos da educação financeira acontecem em família, considera-se que estão baseados nas crenças e nos valores dos pais. Os valores são relativos e sofrem transformações intergeracionais, e também são influenciados e influenciam a sociedade de consumo e a liquidez dos relacionamentos vivenciados na pós-modernidade. Acredita-se que seja um desafio para os pais a tarefa de educar crianças, e um desafio também para os adultos, para tomar decisões importantes relativas à sua profissão ou à família, visando atendimento aos seus preceitos morais e éticos. Isso para que, mesmo mergulhados na sociedade consumista e capitalista, consigam ter condições de refletir e de agir no cotidiano de forma empoderativa (Manfredini, 2019, p.76).

Desta maneira, as famílias têm por educação financeira em tempos de alto consumismo, quebras de crenças, que podem se transformar em um trampolim para uma melhor qualidade de vida ou ficar na lista dos que consomem sem a perspectiva de cumprir com seus compromissos financeiros.

O modelo financeiro de uma pessoa consiste em uma combinação dos seus pensamentos, sentimentos e das suas ações em questões de dinheiro. Constitui-se, fundamentalmente, da informação ou programação que a pessoa recebeu no passado, sobretudo quando era criança (Eker, 2006).

Sabemos que algumas sociedades têm formas próprias de pensar sobre o dinheiro e de lidar com ele, enquanto outras fazem isso de um modo diferente. Você acredita que a criança sai do ventre da mãe com as atitudes formadas em relação ao dinheiro ou que ela é ensinada a lidar com ele? Acertou: Toda criança é ensinada a pensar e agir no que diz respeito as finanças. (Eker, 2006, p. 25).

Logo, não é equivocado entender que, muitas pessoas, famílias, mesmo em situação de vulnerabilidade conseguem ter uma vida equilibrada. Elas se programam para efetuar seu consumo, muitas vezes fazendo novas compras utilizando o cartão de crédito, porém com a preocupação e planejamento de pagarem as dívidas para fazer girar esse ciclo: pagar, dever e comprar.

Partindo desse pressuposto, é interessante levantar um questionamento, há uma orientação financeira nas famílias mais populares, como forma de contornar o endividamento?

Tal questão se torna bastante complexa quando analisamos a raiz do problema, que, parte de como o nosso país foi se desenvolvendo historicamente e marginalizando os mais vulneráveis. As famílias nas classes populares, como já visto, também passou por diversas mudanças, mas na contemporaneidade é caracterizada, basicamente, pela vulnerabilidade social, pobreza e falta da manutenção dos direitos básicos.

Tendo em vista essas mudanças históricas, houve uma transmissão de cultura voltada para a economia de subsistência, a qual, como o nome sugere, os “chefes” da família priorizam a subsistência do grupo, mas acaba, durante o processo, ficando endividados.

Portanto, trataremos de famílias que não possuem a opção de quitar suas dívidas de formas convencionais, uma vez que precisam abdicar de bens materiais e de consumo para garantir alimentação, saúde, segurança, educação, entre outras necessidades básicas ao ser humano.

Agravou-se ainda mais ao decorrer dos anos, segundo Ribeiro (2018), a partir da financeirização do capital e a facilitação do acesso ao crédito para as pessoas com baixa renda. É indispensável para a sobrevivência de um grupo o estabelecimento de funções predeterminadas para os seus membros, o que não é diferente para uma família.

Manfredini (2019), afirma que é nesse âmbito familiar que diversas pesquisas abordam as formas distintas de se lidar com dinheiro no seio familiar, como por exemplo, pesquisas que mostram o comportamento consumista das famílias, as pensões que alteram um orçamento pré-estabelecido, assim como outras ações.

Pode-se considerar que a transmissão do planejamento financeiro é constituído enquanto um desses patrimônios herdados, cria vínculos entre os membros do núcleo familiar, integrando o conjunto dos bens relacionais. O planejamento financeiro, na visão de Gitman (2004, p. 43) “é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos.” Já para Ross, Westerfield e Jaffe, (1995, p. 525) “O planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras, tanto das empresas quanto das famílias, devem ser alcançadas.”

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade educacional voltada para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade regularmente prevista. Embora possa parecer uma iniciativa contemporânea, a EJA, na verdade, possui raízes históricas profundas e é reflexo de um compromisso contínuo das sociedades em promover a inclusão educacional para todos.

Nessa seção analisaremos como se desenvolveu historicamente a EJA no Brasil, contextualizando as lutas sociais imprescindíveis para a sua conquista, seus desafios e os obstáculos na vida dos estudantes egressos, principalmente no que diz respeito à sua condição financeira.

3.1. Histórico da EJA no Brasil

Nos países desenvolvidos, existe uma valorização e um trabalho voltado para

ampliar as políticas públicas educacionais, em prol das melhorias e crescimento no processo de uma educação com mais qualidade e paralelamente uma integração e participação familiar no cenário escolar.

Segundo Marques (2001) o Brasil, timidamente, começou a dar pequenos saltos para amenizar um dos problemas públicos que é a falta da interação, família-escola, com intuito de envolver a família no contexto escolar de seus filhos, justamente porque a educação não ocorre de forma fragmentada e a própria contemporaneidade alavanca essas interações.

O autor supracitado enfatiza que é importante a interação entre a família e a escola, que através de uma boa comunicação contribuem para um melhor aproveitamento no processo positivo da socialização e o sucesso do ensino-aprendizagem. Silva (2006) acrescenta dizendo que:

O Ministério da Educação (MEC) distribuiu, nas escolas públicas, uma cartilha intitulada Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças, que fornece sugestões de como as famílias podem, no cotidiano doméstico, contribuir para a formação dos filhos, em casa, por meio de atividades de extensão da sala de aula (cf. Silva, 2006, p.156).

Percebe-se no ambiente escolar, o aluno que desenvolve essa socialização juntamente com os pais, e esses pais têm a prática de leitura, jogos matemáticos, lazer e outros, então, faz toda diferença na aprendizagem do educando, que paralelamente, adquire entusiasmo e eleva a autoestima. Alguns, já têm internalizado a importância da escola, do aprender e automaticamente já estará inserido e participando ativamente da sociedade.

Percebe-se que, perante a vivência escolar, visivelmente alguns alunos imediatamente toma a liderança em determinadas atividades, pois são alunos seguros e firmes, justamente porque de uma certa forma, aprendeu valores e sentem-se valorizados e aceitam qualquer desafio que surgir no seu caminhar.

O ensinar, é proporcionado no seio familiar e isso não deixa de ser

transmitido geracionalmente, tendo em vista que essa dinâmica provoca um bem-estar, um bem relacional, bem que não se compra, mas que se desenvolve junto com os integrantes familiares.

Nos países desenvolvidos a educação financeira das crianças cabe às famílias. No Brasil ainda há muito que se descobrir, a educação financeira não está presente nem no universo familiar nem tampouco nas escolas (D'Aquino, 2007).

Podemos concluir que, os países que se encontram em vulnerabilidade social, onde a existe má distribuição de renda, têm muitas dificuldades no seu desenvolvimento social em vários aspectos, inclusive, as relacionadas com as finanças. Sendo assim, fica nítido, tamanha disparidade entre os países em que a diferença e desigualdade social é gritante.

Silveira (2020, p.127), afirma que, quando as pessoas têm suas finanças organizadas, tomam as melhores decisões ao enfrentar suas dificuldades, refletindo assim, em todos os aspectos positivos no seio familiar. Nesse sentido, ao ensinar uma criança a lidar com dinheiro desde pequena, terá maiores chances de aprender a administrar o seu salário, na sua vida adulta. Vai saber guardar, guardar para comprar, guardar para poupar mais.

3.2. O processo histórico para o surgimento do EJA.

O Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) foi criado em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 (Brasil, 1996) para universalizar a alfabetização do público jovem, a partir de 15 anos de idade e adulto. Tem como estratégia a busca da igualdade de direitos, a inclusão social, a superação de desigualdades sociais, de gênero, de raça, de condição econômica originadas no modelo colonialista, individualista e de segregação de classes.

Para que possamos entender melhor a nova configuração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é importante conhecer um pouco do seu passado. Assim,

neste item trazemos alguns elementos da história que remetem aos primórdios da EJA no Brasil, dando maior ênfase à história recente, a partir da Constituição de 1988.

A EJA é fruto da luta coletiva da classe trabalhadora e de importantes educadores no transcorrer da história e vem ao longo do tempo enfrentando inúmeros desafios, tais como: presença de grupos etários distintos nas salas de aula, ausência de uma política que garanta qualidade no ensino, materiais e métodos pedagógicos adequados ao público adulto, falta de estrutura nas escolas, evasão escolar, dentre outros.

Somente com a publicação da Carta Magna em 1934, conhecida também como a Primeira Constituição Federal, no período republicano, foi estabelecido, após intensas lutas populares, o primeiro Plano Nacional de Educação. No Artigo 150 do referido documento constava que o Estado deveria garantir o ensino gratuito e integral a todos. Este foi um importante marco para a Educação de Jovens e Adultos e intensificou as lutas sociais que visavam garantir a educação para todas as faixas etárias e classes.

No ano de 1947 foi criado o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) e a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), e como fruto da efervescência destes movimentos, neste mesmo ano ocorreu o primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos.

As mudanças ocorriam a passos lentos, mas era inegável que a educação escolar estava chegando aos mais pobres. Entre 1958 e 1961 se solidifica a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), regido pelos ideais libertários. A proposta da CNA era pautada na educação popular³, que compreendia a alfabetização a partir das vivências e culturas do educando, com base na educação libertária do Professor Paulo Freire⁴, que inclusive, no ano de 1963, durante o Governo Goulart, chegou a apresentar um Plano Nacional de Alfabetização (PNA).

³ Segundo a LDB (LDB 9394/96), a EJA atende a população que não teve acesso ou interrompeu estudos antes de concluir a Educação Básica. Podem se matricular em tal modalidade, no Ensino Fundamental pessoas a partir de 15 anos completos e a partir de 18 anos no Ensino Médio.

⁴ Devido a sua importância, abordaremos melhor a obra e contribuições de Paulo Freire no subitem 1.2.

A valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, a sua “leitura de mundo”, dá o suporte para o desenvolvimento da oralidade, base da aprendizagem da leitura e da escrita. É preciso dar voz aos jovens e adultos, resgatar suas histórias, seus “causos”, fazê-los interagir com os textos, levantando hipóteses, validando-as ou não, mesmo que a leitura inicial seja realizada pela voz do alfabetizador. É nessa interação entre os seus conhecimentos prévios e os conhecimentos presentes nos textos que os alfabetizados vão construindo os seus possíveis sentidos (Gadotti; Romão, 2005, p. 85).

Ou seja, o modelo de educação proposto por Paulo Freire pautava-se no cotidiano dos estudantes trabalhadores, de modo que os seus conhecimentos fossem relevantes no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, era atribuído ao educando o lugar de protagonista ao apreender os processos de forma analítica, crítica, democrática e reflexiva, auxiliando-o, assim, na transformação da realidade.

Em diálogo com a teoria de Freire (2005), Alves (1993) descreve que a didática pedagógica do docente pode se ater ao conhecimento e técnica científica e abster-se da produção do real conhecimento popular e coletivo:

Introduzo o problema do método logo de saída, porque frequentemente a ciência é definida em função do seu método. Pensa-se que produzir conhecimento científico é a mesma coisa que produzir um conhecimento metodologicamente rigoroso, ignorando-se totalmente a significação ou relevância do conhecimento produzido. (Alves, 1993. p.66)

Identifica-se também que durante este período que antecede a Ditadura militar, houve importantes movimentações populares regidas pela mídia, como o Sistema Rádio Educativo da Paraíba, que atuou durante uma década, sendo apenas um dos exemplos de um modelo de ensino que foi comumente utilizado para alfabetizar maior número de pessoas no Brasil.

Em 1964 os militares tomam o poder e o Brasil inicia um período de repressão política, marcado pelos ataques à democracia, com a revogação dos direitos constitucionais, censura à imprensa e recessão em diversas áreas. Tais

acontecimentos afetaram diretamente a educação.

A destruição do Movimento de Educação de Base aconteceu no começo de 1964, época em que alguns dos livros foram retirados de circulação por serem classificados como de teor comunista. Dois anos depois o programa teve seu fim em alguns estados, fruto da pressão feita pelos militares. Ainda neste período do golpe militar, foi encerrada grande parte de projetos de educação que eram voltados para os adultos, os movimentos foram perdendo força. Gadotti (2003, p. 26) afirma que “Isso tudo é um pouco da falência do nosso sistema de ensino voltado para discriminação, incapaz de desenvolver em todos à capacidade de pensar”. Isso pode ser o resultado da falência do sistema de ensino, porque apenas a elite tinha o acesso à educação.

O país ingressou em uma fase do capitalismo monopolista de Estado, o qual atuava como base na política econômica modernizadora e na ampliação da desigualdade na distribuição de renda. Com o golpe militar houve uma ruptura política, os movimentos da educação e da cultura popular foram reprimidos e os líderes foram censurados. A Campanha denominada “De pé no chão também se aprende a ler”⁵, foi interrompida e os líderes e responsáveis foram presos. Desse modo, nos primeiros anos do período militar, a educação de pessoas adultas foi deixada de lado, o que ocasionou uma forte repercussão, passando para Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) a responsabilidade de transferir as práticas pedagógicas e organização para os técnicos americanos (Haddad e Di Pierro, 2000).

Neste período foram criadas três ações voltadas para a educação de pessoas adultas pelo regime civil e militar. Em um primeiro momento o governo, marcado pelo autoritarismo, criou a Cruzada Ação Básica Cristã, que de acordo com Almeida e Corso (2015) visava a integração e subordinação ao capital internacional. A ação restringiu-se à distribuição de alimentos para manter a frequência escolar. Ainda de acordo com as autoras, visando dar uma resposta ao período de intensa mobilização, o governo militar criou o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Para Fávero (2009) o MOBREAL pode ser considerado a campanha

⁵ A campanha consistiu na implementação de escolas primárias nos bairros pobres de Natal no início da década de 1960, em construções de estruturas, muitas vezes, precárias. Retomaremos o debate no subitem seguinte, quando abordaremos sobre Paulo freire.

de alfabetização mais rica que já foi executada no país, os recursos provenientes de doações voluntárias de 1% do imposto de renda pelas empresas e 24% da renda líquida da Loteria Esportiva. No entanto, o movimento não teve os resultados que eram esperados, o programa foi muito criticado e um dos motivos da crítica era a manipulação dos resultados, tanto em relação à alfabetização, quanto em relação ao impacto nas formas de ação do movimento. Muitas eram as críticas sobre o objetivo do programa e sobre o seu próprio sentido. Segundo Jannuzzi (1979) os documentos do MOBREAL conceituavam a educação como:

O processo que auxilia o homem a explicitar suas capacidades, desenvolvendo-se como pessoa que se relaciona com os outros e com o meio, adquirindo condições de assumir sua responsabilidade como agente e seu direito como beneficiário do desenvolvimento econômico, social e cultural. (p. 37).

A terceira ação criada pelo Estado, no que tange a educação de pessoas adultas, foi o ensino supletivo, que foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 96 (LDB/96) ficando estabelecido, pela primeira vez, um capítulo específico para a educação de jovens e adultos.

A lei reconhecia a EJA como um direito à cidadania, mas acabou por limitar o dever do Estado à faixa etária de 7 a 14 anos (Haddad, 2006). O ensino supletivo teve o seu próprio estatuto, o que não garantia a unidade com o ensino regular. O modelo que era ofertado o ensino supletivo instaurou na EJA números elevados de evasão, Haddad (2000) afirma que:

O ensino supletivo foi apresentado a sociedade como um projeto escola de futuro, elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica, observada pelo país nos anos 70. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma determinada classe popular, mas de uma escola e por sua clientela pois a todos deveriam atender uma dinâmica permanente de atualização (p. 117).

O supletivo não atendia aos interesses da classe popular, e havia naquela época uma forte pressão da Ditadura Militar para que fosse oferecida uma educação técnica que visava atender ao mercado de trabalho. Os programas de educação de jovens e adultos criados pelo governo neste período eram voltados para a formação rápida de mão de obra, porque, como já mencionado anteriormente, existia uma forte necessidade de se alfabetizar a população para que ela pudesse trabalhar na crescente industrialização. Após o fim da ditadura militar e o início do processo de redemocratização do Brasil, desvinculando o fator de repressão do Estado e conferindo maior liberdade social, novas questões suscitaram contribuições para a área da educação, desse modo, a EJA passa por uma nova reconfiguração buscando novas alternativas para a modalidade.

O Censo de 1980 comprovou o que já estava sendo percebido, o MOBRAL vinha perdendo forças e apresentou um baixo resultado e poucas ofertas eram destinadas à Educação de Jovens e Adultos. Apenas os trabalhos comunitários ganhavam visibilidade. Fazendo-se necessário repensar na modalidade, bem como nos profissionais que atuavam na educação de pessoas adultas. Esse período coincidiu com o processo de redemocratização que o país passava e neste cenário, de acordo com Souza (2013) “Tornou-se incompatível a continuidade de um órgão perfilado com o governo militar como o MOBRAL.” Desse modo, tornou-se insustentável a continuidade do programa. Em 1985 o órgão foi extinto após o fracasso do programa em alfabetizar o público adulto. A demanda da indústria que se consolidava a partir da década de 1980 por mão-de-obra qualificada contrastava com as altas taxas de analfabetismo no Brasil, atingido a marca de aproximadamente 40% de analfabetos no período (Beltrão e Novelino, 2002).

Com a finalidade de substituir o órgão, no mesmo ano criaram a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de fazer com que a educação saísse do tradicionalismo e auxiliasse na formação do aluno para capacitá-lo enquanto mão-de-obra. De acordo com a organização, novos debates ocorreram sobre a responsabilização do sistema educacional para inserir a EJA nas redes públicas, para atender públicos alternativos. No Art. 2º do decreto estabelece como objetivos da Fundação Educar (Brasil, 1985):

- I - promover a alocação dos recursos necessários à execução dos programas de alfabetização e educação básica;
- II - formular projetos específicos e estabelecer normas operacionais, com vistas a orientar a execução dos referidos programas;
- III - incentivar a geração, o aprimoramento e a difusão de metodologias de ensino, mediante combinação de recursos didáticos e tecnologias educacionais;
- IV - estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos programas.

Em 1985 surgiu a Fundação Educar, em substituição ao MOBREAL, a Fundação que estava sob a competência do MEC, elaborava e acompanhava os programas de alfabetização e tinha como especialidade a educação básica. O objetivo da Fundação era o de “promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formal, destinadas aos que não tinham acesso à escola ou foram excluídos do processo de escolarização precocemente” (Zunti, 2000, p.11). Em 1990 a Fundação Educar foi extinta e surgiu o (PNAC) Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que teve a duração de apenas um ano.

No fim da década de 1980, a publicação da Constituição de 1988 foi um importante marco legislativo na história brasileira e trouxe consigo importantes afirmações acerca da EJA. No Capítulo 2, traz no art. 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” (Brasil, 1988)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 foi promulgada com o fim da ditadura militar, no período político denominado Nova República. Na carta magna foi estabelecido que a Educação Básica deve ser oferecida através da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Lei Máxima coloca a educação como o primeiro Direito Social, no art.6º, destacando a importância da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, o lazer e a segurança assim como outros amparos legais. Todavia, no art. 208 traz maior enfoque na educação, onde define que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito para todos, mesmo independentemente da idade.

Portanto, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é o primeiro direito social do indivíduo, que deverá ser assegurada de forma ampla e

irrestrita, ou seja, para todos, e é um dever do Estado e da família com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento do indivíduo, a sua cidadania e a sua qualificação para o trabalho, sendo obrigatória e gratuita aos indivíduos de 4 aos 17 anos de idade e assegurada inclusive àqueles que não tiveram acesso à educação em idade própria.

Atendendo ao comando constitucional, surge a proposta da Educação de Jovens e Adultos. A EJA passa a contar com algumas políticas públicas, visando atender grupos populares e transformando pessoas, a fim de diminuir a desigualdade social.

Com a promulgação da lei 8.069/1990, popularmente conhecida por Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirmou-se por meio do art. 54 incisos I - Garantir ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Ou seja, o ECA também disserta sobre o compromisso do Estado em garantir educação independente da faixa etária.

Na década de 90, para se efetivar de fato o previsto na Constituição de 88 e em outras legislações o Estado, a oferta de educação torna-se responsabilidade dos municípios em parceria com a sociedade civil. O ano de 1990 foi considerado o ano internacional da alfabetização, por meio da Declaração Mundial sobre Educação para todos, que considera a EJA uma de suas estratégias. Ainda na década de 90 foi instaurada a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), comissão esta que desempenha um importante trabalho até a atualidade.

Reforçando o ECA e criando aparatos para a ampliação da educação, a Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reafirmava a importância da EJA em ser ofertada de forma gratuita, garantindo o acesso e permanência dos jovens e adultos no ensino público do país. Ou seja, a EJA se torna uma importante estratégia para equiparar igualdade no acesso à educação⁶ como um direito constituído.

⁶ O direito à educação é fixado no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgado em 1948 como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (Brasil, 1996).

Tais modificações na legislação brasileira são fruto de uma luta incessante da comunidade que demandava um olhar específico ao público que não podia mais conciliar os estudos com o trabalho. Os altos índices de evasão escolar levavam ainda a outro problema: a falta de qualificação; o que implica na reprodução da condição social sem a possibilidade de ascensão. Dessa forma, órgãos ligados ou não ao Estado, tomavam medidas que visavam atender ao público jovem e adulto excluído da vida escolar.

Realizando um trabalho que estabelece um importante diálogo com a EJA, em 2003 foi instaurado o programa Brasil Alfabetizado (PBA), que atendia jovens acima de 15 anos e é executado até a atualidade, que para a sua efetivação conta com programas afins. Ainda na mesma década, no ano de 2005, foi promulgado o decreto 5.438/2005, que implementou o programa de educação profissional ao ensino médio na modalidade EJA, culminando após um ano de decreto em outra legislação, o decreto 5.840/2006 (Brasil, 2006), que instaurou o Programa nacional de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade EJA (PROEJA).

A sustentação e consolidação da EJA se deu também por meio dos planos decenais de educação, como o Plano Nacional de Educação 2010-2020, que estabeleceram como diretriz, no art. 2º a erradicação do analfabetismo, a universalização da escola, eliminação das desigualdades educacionais, melhor capacitação dos professores além de outros fatores que valoriza de forma mais contundente, uma educação mais democrática.

As diretrizes orientam o próprio funcionamento e otimização da EJA, para que se possa elevar a taxa de escolaridade dos brasileiros e erradicar o índice de analfabetos, observando também que, uma das importantes metas do Plano nacional de educação PNE vigente – estabelecido pela Lei N° 13.005/2014 (Brasil,

2014) – é oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio.

Mesmo após tantos anos de reivindicações e as alterações na legislação para atender as demandas da sociedade e buscar promover a alfabetização, os índices de analfabetismo e de escolaridade no Brasil continuam muito abaixo do que se pode considerar ideal. Para Braga e Mazzeu (2017), o problema da educação no Brasil esbarra em questões para além do âmbito social. Sem uma política econômica visando desenvolvimento tecnológico, o que demanda qualificação e investimento, tanto em educação de base, quanto em pesquisas acadêmicas, o nosso sistema educacional dificilmente sofrerá as transformações necessárias para o seu pleno desenvolvimento. O modelo educacional do Brasil é suficiente somente para atender as demandas do mercado, de mão de obra barata e sem qualificação.

3.3. Pobreza e educação entre jovens e adultos

O Brasil está vivenciando uma mudança preocupante no contexto econômico, o endividamento, que mexe consideravelmente no financeiro e padrão de vida da população, atingindo assim todas as classes sociais, sobretudo as famílias de baixa renda estão cada vez mais inseridas, o que leva justamente ao retrocesso: de metas, planos de vida, alimentação de qualidade, contas em dia etc. O endividamento rotula o indivíduo que não tem mais esperança de pagar suas dívidas atuais e futuras.

Um dos fatores que também ocasionam essa realidade são os “acidentes de vida” que no decorrer do percurso o sujeito é exposto, ou seja, ele não planeja como: perda do trabalho, acidente, falecimento dos colaboradores que contribuem no financeiro familiar, além disso o indivíduo dá margem para ser um receptor, facilitador para internalizar o que o sistema capitalista e as mídias impõem que é a forte política econômica.

Atualmente, as famílias dos estudantes da EJA estão contidas nesse quadro

de endividamento, e fazendo um paralelo com a pandemia, os dados só têm crescido. Embora, as famílias, com limitações na capacidade de compras, não medem esforço para o consumo e aquisição de produtos, fazendo com que o mercado fique aquecido, mas ao mesmo tempo criando mais dívidas para a família.

A relação entre pobreza e educação, especialmente entre jovens e adultos, é complexa e multidimensional. Ambas as áreas influenciam uma à outra, criando desafios e oportunidades para políticas públicas, organizações da sociedade civil e comunidades em geral.

Primeiramente, é importante definir que pobreza não significa somente a ausência ou escassez de patrimônio e/ou renda, mas a falta de acesso a serviços e bens essenciais. De acordo com Lacerda (2009), precisamos pensar a pobreza a partir de uma abordagem multidimensional, que incluem o acesso a necessidades básicas, ou seja, “considerar a pobreza não apenas pela baixa renda, mas também incluindo algum indicador de privação de bens essenciais cuja disponibilidade depende em parte de gastos públicos” (Lacerda *apud* PNAD, 2009, p. 77), isto é, (educação, saúde, alimentação, moradia, participação política, etc.), acrescido de uma análise a partir das capacitações, que “dentro dessa perspectiva, a pobreza é definida como privação de capacitações básicas que impedem e/ou restringem a liberdade substantiva do indivíduo” (Lacerda, 2009, p. 159).

A evasão escolar e a pobreza são duas faces de um complexo sistema socioeconômico que perpetua a desigualdade e limita o potencial humano em diversas sociedades ao redor do mundo. Ambos os fenômenos estão intrinsecamente relacionados e alimentam-se mutuamente em um ciclo vicioso, criando barreiras para o progresso individual e coletivo. Para Brito, Arruda e Contreras (2015, p. 186), “as condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares e vice-versa”. De acordo com os autores a educação pode favorecer a formação de pessoas mais críticas, conscientes e aptas a enxergar reais possibilidades de transformação de suas realidades.

Em primeiro lugar, é fundamental entender como a pobreza pode levar à evasão escolar. As famílias em situação de vulnerabilidade econômica frequentemente enfrentam dilemas angustiantes sobre como destinar seus escassos

recursos. Para muitas, manter os filhos na escola significa não apenas lidar com os custos diretos, como material escolar, mas também com os custos indiretos, como a perda de mão-de-obra infantil que poderia contribuir para o sustento do lar. Em contextos extremos, a escolha torna-se entre educar o filho ou colocar comida na mesa.

Além disso, as escolas situadas em regiões empobrecidas muitas vezes enfrentam desafios significativos. Elas podem carecer de infraestrutura básica, professores qualificados e materiais didáticos adequados. Esta falta de qualidade educacional pode desmotivar estudantes e seus pais, que começam a questionar a relevância e o valor de uma educação precária para o futuro dos jovens.

Por outro lado, a evasão escolar acentua e prolonga o ciclo da pobreza. Uma formação educacional incompleta ou inadequada limita significativamente as oportunidades de emprego e, por consequência, o potencial de renda. Indivíduos que não concluem a educação básica enfrentam maiores desafios em se inserir no mercado de trabalho e, quando conseguem, frequentemente ocupam posições mal remuneradas e sem segurança. A longo prazo, essa falta de oportunidades limita a mobilidade social e perpetua a pobreza para as próximas gerações.

É crucial, então, reconhecer que romper o ciclo de evasão escolar e pobreza exige esforços integrados e políticas públicas robustas. Investir em educação não significa apenas alocar mais recursos para escolas, mas também criar programas de apoio socioeconômico para famílias em vulnerabilidade, garantindo que a educação seja vista não como um luxo, mas como um direito inalienável.

A sociedade deve compreender que a evasão escolar não é apenas um problema do indivíduo ou da família, mas um sintoma de desafios sociais mais profundos. Ao combater a pobreza e promover o acesso à educação de qualidade, é possível não apenas melhorar a vida dos indivíduos afetados, mas também promover um desenvolvimento socioeconômico mais inclusivo e sustentável para toda a comunidade.

É preciso, ainda, ter a consciência de que a educação oferecida pelo Estado muitas vezes é excludente e visa atender as demandas do mercado de trabalho. Dessa forma, Iosif aponta que

A educação escolar desponta no cenário nacional como uma educação tecnocrática e elitista, tendo como objetivo formar dois grupos de cidadãos, um para comandar e outro, a grande maioria, para ser comandada. Essa finalidade educacional encontra-se enraizada na nossa sociedade e tem feito com que ainda hoje parte da população receba uma educação pobre, que não tem por objetivo a emancipação e o exercício pleno da cidadania por todos os brasileiros, independente de cor, raça, sexo ou status socioeconômico. (Iosif, 2007, p.19)

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma história intrinsecamente ligada à superação de desigualdades e à busca por justiça social. No entanto, para entender seu papel e desafios, é imprescindível situar a EJA no contexto da pobreza brasileira, um cenário marcado por desigualdades históricas que refletem no campo educacional.

Conforme indicado por Paiva (1999), a EJA, anteriormente conhecida como ensino supletivo, sempre foi uma modalidade de ensino voltada para aqueles que, por alguma razão, fossem alijados da educação básica regular. Grande parte deste público é composta por pessoas provenientes de classes sociais economicamente desfavorecidas. A pobreza, muitas vezes, força os jovens a interromperem seus estudos para ingressar no mercado de trabalho, geralmente em postos informais e precários, restringindo suas possibilidades futuras de mobilidade social (Rosa & Soares, 2008).

A EJA, nesse contexto, emerge como uma possibilidade de resgate do direito à educação e, por extensão, uma chance de romper com o ciclo da pobreza, contudo, há desafios significativos. Di Pierro (2001) aponta que, embora a EJA seja estratégica, ela frequentemente recebe menos investimentos se comparada com outras modalidades de ensino, o que reflete na qualidade do ensino oferecido, na formação dos professores e na estrutura pedagógica.

Outro ponto de reflexão é a própria concepção de EJA no Brasil. Segundo Gadotti (1996), é essencial perceber os estudantes da EJA não como alunos atrasados, mas como sujeitos com experiências e saberes acumulados. Sua formação deve ser orientada não apenas para a alfabetização, mas para a formação crítica e cidadã, visando a emancipação.

A ligação entre EJA e políticas públicas voltadas para a superação da pobreza também é crucial. Programas como o Bolsa Família, por exemplo, ao condicionar parte de seu benefício à frequência escolar, tentam combater a evasão e incentivar a continuidade dos estudos (Medeiros, Britto & Soares, 2008).

A EJA representa uma resposta educacional à exclusão histórica de segmentos da população, muitas vezes relegados à margem devido às desigualdades socioeconômicas. Entretanto, para que a EJA seja verdadeiramente transformadora, é necessário investimento, valorização e uma abordagem pedagógica que reconheça a riqueza e a diversidade dos saberes de seus estudantes.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa mais do que uma modalidade de ensino; é a afirmação da capacidade de resiliência e da busca incessante pelo direito à educação, mesmo diante de adversidades. Contudo, mesmo que seja uma porta aberta para aqueles que, por diversos motivos, não puderam concluir seus estudos em idade regular, a EJA enfrenta uma série de desafios que necessitam de uma reflexão profunda e soluções integradas.

Um dos principais desafios é a adequação curricular. Jovens e adultos possuem vivências, experiências e necessidades diferentes em relação as crianças e adolescentes possuem. Portanto, simplesmente transpor o currículo tradicional para a EJA pode não ser a solução mais eficaz. É necessário um currículo que reconheça e valorize as experiências desses alunos, bem como aborde temáticas práticas e relevantes para seu cotidiano.

Outro ponto crítico é a flexibilidade. Muitos dos alunos da EJA trabalham, possuem família e enfrentam múltiplas demandas em suas rotinas. Horários rígidos e inflexíveis podem tornar quase impossível para alguns a continuação dos estudos. Assim, pensar em alternativas, como aulas noturnas, ensino à distância ou módulos intensivos, pode ser uma maneira de adequar a educação à realidade desses estudantes.

A motivação também se apresenta como um desafio. Muitos desses jovens e adultos já enfrentaram situações de fracasso escolar ou evasão no passado, e voltar a estudar pode trazer à tona inseguranças e receios. Nesse contexto, o papel do

educador é fundamental, não apenas como transmissor de conteúdo, mas como agente motivador, capaz de reconhecer e valorizar as potencialidades de cada aluno.

Além disso, a questão da infraestrutura não pode ser ignorada. Muitas instituições que oferecem EJA não possuem os recursos adequados para atender a essa demanda. Salas superlotadas, falta de material didático atualizado e insuficiência de professores capacitados para lidar com essa modalidade, são problemas recorrentes.

Por último, mas não menos importante, há um desafio cultural e social. A EJA ainda é vista, em muitos lugares, como uma educação "inferior" ou "de segunda classe". Combater esse estigma é essencial para que os alunos se sintam valorizados e para que a sociedade reconheça a importância e a validade dessa modalidade educacional.

A relação entre educação e superação da pobreza tem sido objeto de inúmeros estudos e debates ao longo dos anos. Amartya Sen (1999) e Martha Nussbaum (2000), destacam a educação não apenas como um meio para melhorar a renda individual e coletiva, mas também como um elemento central para a expansão das capacidades humanas e do desenvolvimento humano. Nesse contexto, a educação emerge não só como um direito fundamental, mas também como uma ferramenta estratégica para combater a pobreza.

Os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social (Sen, 2000, p. 131).

Para Sen (2000), a pobreza se manifesta como uma privação de capacidades, ou seja, afeta diretamente a qualidade de vida e o acesso a serviços e bens essenciais básicos e de qualidade. Cabe ressaltar ainda que:

A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa (Sen, 2000, p. 79).

Sen (1999) argumenta que a educação amplia a liberdade dos indivíduos ao proporcionar-lhes mais oportunidades e escolhas. Através da educação, as pessoas podem melhorar suas habilidades e competências, o que, por sua vez, aumenta suas chances de conseguir empregos bons e melhores remunerados. Além disso, estudos da UNESCO (2016) mostram que cada ano adicional de escolaridade pode aumentar a renda individual em até 10%.

A educação também tem impactos intergeracionais. Segundo o Banco Mundial (2018), crianças nascidas de mães que completaram a educação secundária têm mais chances de frequentar a escola e menos probabilidade de serem malnutridas.

Além dos benefícios econômicos diretos, a educação promove a capacidade crítica e a cidadania. Nussbaum (2000) destaca a importância de uma educação que fomente o pensamento crítico, permitindo que os indivíduos participem ativamente da vida democrática e tomem decisões informadas. Essa participação ativa pode levar a políticas públicas mais inclusivas e voltadas para a superação da pobreza.

A educação, conforme ressaltado por teóricos e evidenciado por diversas pesquisas, é um pilar central na luta contra a pobreza. Ela não apenas abre portas para oportunidades econômicas, mas também molda indivíduos críticos, conscientes e ativos na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

De acordo com Moll (2014), para que a educação seja capaz de oferecer ferramentas para superar as condições adversas da pobreza é necessária uma

Formação humana integral, [que] alinha-se aos esforços para empoderar a população em termos de acesso aos bens da cultura e aos bens materiais que permitam a construção de contextos dignos para a organização e o desenvolvimento da vida (Moll, 2014, p. 18)

O endividamento familiar é um problema que acrescenta mais desafios na vida escolar. Para estudantes provenientes de famílias pobres, o endividamento pode agravar as dificuldades enfrentadas no cenário educacional, comprometendo tanto a continuidade quanto a qualidade de sua formação.

Conforme enfatizado por Servaas Storm e C. W. M. Naastepad (2008), as dívidas familiares podem restringir o consumo e o investimento em educação. O endividamento leva muitas famílias a realocar seus escassos recursos, priorizando gastos imediatos e essenciais, como alimentação e moradia, em detrimento de investimentos em educação. Isso pode significar, por exemplo, a impossibilidade de compra de materiais didáticos, de custear o transporte e outros recursos necessários para a jornada educacional do estudante.

Ferber & Birnbaum (1977) destacam os efeitos psicológicos do endividamento. O estresse financeiro pode criar um ambiente doméstico tenso, com maior incidência de conflitos familiares. Estudantes que vivenciam tais ambientes podem enfrentar dificuldades de concentração, baixo rendimento acadêmico e até mesmo transtornos de saúde mental.

No contexto brasileiro, as nuances socioeconômicas, intrincadas por uma história de desigualdades, desencadeiam repercussões notáveis no cenário educacional. Uma dessas manifestações é a correlação entre o endividamento familiar e a evasão escolar. Compreender essa relação é fundamental para elaborar políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

O Brasil, como muitos países em desenvolvimento, apresenta altos índices de endividamento familiar. De acordo com dados do Serasa Experian (2020), o número de famílias inadimplentes vêm crescendo anualmente, com repercussões diretas no bem-estar e na capacidade de investimentos desses núcleos familiares. Estudos, como o de Soares (2012), indicam que o comprometimento da renda familiar com dívidas pode afetar o orçamento destinado à educação.

A pressão financeira sobre as famílias não apenas restringe a capacidade de investir em educação, mas também pode forçar jovens a ingressar precocemente no mercado de trabalho. Frequentemente, são ocupações informais e mal remuneradas, comprometendo a trajetória educacional desses indivíduos. Nesse

sentido, o estudo de Pochmann (2007) destaca a intrincada relação entre a necessidade de trabalhar desde cedo e a consequente evasão escolar.

O endividamento também possui uma dimensão psicossocial. Segundo De Carvalho, Neri e Soares (2017), as tensões decorrentes das dificuldades financeiras podem culminar em um ambiente familiar desfavorável, onde o estresse e as preocupações cotidianas tornam-se barreiras adicionais ao desempenho acadêmico. Tal cenário é agravado pela percepção de que a educação, muitas vezes, não oferece retornos imediatos, levando à desvalorização da escolarização em detrimento de atividades laborais imediatas.

Para contrapor essa realidade, algumas políticas públicas, como o Programa Bolsa Família (MDS, 2012), foram concebidas visando, entre outras coisas, condicionar o recebimento de benefícios à frequência escolar. Ao fornecer um alívio financeiro às famílias, a intenção é reduzir os índices de evasão escolar, reforçando o papel fundamental da educação no desenvolvimento social e econômico.

Em suma, a conexão entre endividamento familiar e evasão escolar no Brasil não é meramente circunstancial, mas uma manifestação complexa de desafios socioeconômicos. Superar essa realidade demanda não apenas intervenções educacionais, mas uma abordagem holística que considere as multifacetadas nuances do tecido social brasileiro.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Devido a subjetividade que é particular às pesquisas que envolvem eventos sociais e levando em consideração a relevância que exige o conteúdo científico e metodológico, sobretudo os critérios éticos que são indispensáveis à pesquisa realizadas com seres humanos, este trabalho está de acordo com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012) e a resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 (Brasil, 2016) consonante ao que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) enumeram sobre as normas que são aplicadas às pesquisas feitas em ciências humanas e sociais. Diante do exposto, este trabalho de maneira adequada, foi submetido a uma avaliação e logo após aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador (UCSal) que está em conformidade com o que a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) estabelece como modelo.

O conhecimento é produzido pela Ciência a medida em que os problemas propostos são solucionados, e para resolver esses problemas o pesquisador dispõe de diversos caminhos metodológicos que vão ajudá-lo a se aproximar de um aglomerado de fenômenos, assim como responder a uma série de dificuldades, frutos do interesse de sua investigação (Carrara, 2014, p.137).

Essa pesquisa se inscreve no âmbito das pesquisas qualitativas de caráter exploratório e descritivo e trata-se de um estudo de caso. Elegeu-se a pesquisa qualitativa levando em consideração que o tema tem relação com eventos que, por apresentar-se de forma variável e inexatos tem consonância com as palavras de De Souza Minayo (2011, p.21) ao dizer que, as pesquisas qualitativas tratam a realidade apropriando-se da história, da biografia, das relações, do universo dos significados, de crenças, “[...] e das atitudes que permitem um leque de técnicas que favorecem a execução do trabalho”.

Sobre o estudo de Caso, André (2013) afirma:

Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo. (André, 2013, p.97).

Nesta mesma perspectiva, percebe-se que o estudo de caso está entre os procedimentos metodológicos de pesquisa científicas mais utilizados em Ciências Sociais e tem o objetivo de captar e analisar informações a respeito de uma pessoa, de uma família, de grupos e comunidades que permeiam a liberdade de se estudar diversos aspectos e particularidades do sujeito em questão (Prodanov e Freitas, 2013, p.60).

Foi realizado o estudo de caso paralelamente ao processo de construção do referencial teórico e revisão de literatura, porque é nesse tipo de investigação que se faz necessário para produzir um conhecimento profundo, tanto de conceitos quanto de ideias que estão relacionadas ao tema da pesquisa, somado ao amplo raciocínio formal que o pesquisador adotou ao se familiarizar com teorias de outros autores, assim como desenvolver as suas próprias ideias durante a sua pesquisa (Brizola, 2016, p. 26)

A escolha da técnica de coleta de dados, foi a entrevista semiestruturada. Esse tipo de entrevista estabelece um caminho com perguntas formuladas de forma antecipada, além de outras abertas, tornando o entrevistador com o total domínio a respeito do objetivo desejado sobre a pesquisa, no mesmo passo que permite ao entrevistado uma reflexão acerca dos tópicos que foram perguntados (De Souza Minayo, 2018, p.13).

Para participar da pesquisa foram incluídos sete (7) alunos da modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA – que estudam em horário noturno, com faixa etária acima dos 15 anos, que é a idade mínima para o ingresso à modalidade de atendimento a jovens e adultos, mas com a preferência de selecionar alunos que já tenham atingido, pelo menos, a maioridade. A investigação buscará observar a

história de um fenômeno, que é o endividamento familiar, através de entrevistas sistemáticas que foram transcritas com um caráter descritivo, na expectativa de compreender eventos que cercam os alunos participantes.

A proposta de pesquisa apresentada foi desenvolvida junto aos alunos do Colégio Estadual Clériston Andrade, que está localizado na rua Rio Sergimirim, SN no bairro de Itacaranha em Salvador – BA, em uma turma do Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁷, bairro este que faz parte do subúrbio Ferroviário de Salvador, que compõe um aglomerado de dezesseis bairros segundo o IBGE⁸. O principal acesso a essa área é através da Avenida Afrânio Peixoto, que se tornou mais conhecida por Avenida Suburbana, sendo um ponto importante no desenvolvimento socioespacial do subúrbio ferroviário de Salvador (Pinto, 2017, p. 59).

O colégio supracitado, tem a secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BH) como mantenedora. A escola tem em sua instalação 18 salas de aulas, laboratório de ciências, refeitório, biblioteca, sala dos professores, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), Almoxarifado, Laboratório de informática, Cozinha e três turnos de funcionamento.

Os sujeitos participantes da pesquisa, quatro do sexo masculino e três do sexo feminino, foram orientados quanto ao sigilo das informações prestadas. Os participantes estavam informados quanto ao preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Todas as informações relacionadas a identificação pessoal os participantes serão protegidos de exposição e não foram citadas em nenhum momento da pesquisa e muito menos divulgados nos resultados.

⁷ A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é um formato de ensino criado pelo governo federal que passa pelos níveis da educação básica do Brasil. É destinado a idosos, adultos e jovens que precisaram abandonar os estudos ou não tiveram acesso à educação na idade certa e na escola convencional. [https://blog.anhanguera.com/o-que-e-eja/#:~:text=A%20EJA%20\(Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens,certa%20e%20na%20escola%20convencional.](https://blog.anhanguera.com/o-que-e-eja/#:~:text=A%20EJA%20(Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens,certa%20e%20na%20escola%20convencional.)

⁸ Oficialmente, não há um consenso sobre quais bairros fazem parte do Subúrbio Ferroviário. De acordo com a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), são 20. A prefeitura-bairro do Subúrbio e das Ilhas, porém, é responsável por 12 bairros, além das três ilhas. Já o IBGE compreende que a região é composta por 16 bairros - mas ressalta que a definição é da prefeitura de Salvador. <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/que-cenario-moradores-do-suburbio-contam-como-a-beleza-local-salvou-ate-da-depressao/>

4.1. Instrumentos de coleta de dados

A preferência pelas entrevistas, sobretudo as entrevistas semiestruturadas, tem se apresentado como uma opção metodológica mais viável para a resolver as diversas questões e indagações em Ciência (Mcgrath; Palmgren; Liljedahl, 2019, p.1003), nas áreas de Sociologia, Pedagogia, Educação e tantas outras que são beneficiadas com esse instrumento.

Gil (2008) resume o conceito da entrevista como uma técnica muito importante para investigar diversos sentimentos e emoções a respeito do comportamento do ser humano. É possível, por exemplo, saber o que as pessoas estão fazendo, como fazem e os motivos pelos quais estão fazendo, assim como saber o que elas sentem e suas tendências, além de infinitas possibilidades.

Manzini (2012, p.150), afirma que a entrevista é um procedimento de coleta de dados bastante utilizado nas pesquisas científicas, para outros autores trata-se apenas de um método, outros ainda a consideram como um instrumento e ainda existem àqueles que a consideram como uma técnica.

Nesta pesquisa, consideramos a entrevista como um instrumento de coleta de dados, e optamos pela entrevista semiestruturada que demanda a elaboração de questões, com etapas constitutivas que essa opção metodológica oferece. Coletando informações a respeito de dados sociodemográficos como por exemplo o sexo, a idade, moradia, as condições de saúde, atividades de lazer e as condições econômicas, a fim de entender o fenômeno do endividamento familiar.

As entrevistas foram gravadas pela pesquisadora pelo app do celular chamado “gravador de voz”, a partir de indagações constantes de entrevistas semiestruturado, com perguntas abertas que permitam aos participantes responderem livremente as questões levantadas. Por isso, a entrevista face a face é uma ferramenta crucial para a realização da presente pesquisa, uma vez que, através desse instrumento é possível perceber como é compreendido o fenômeno do endividamento por parte dos sujeitos participantes.

Com efeito, após a aplicação das entrevistas foi preciso uma transcrição literal

dos dados coletados visando a análise de conteúdo. Embora a transcrição seja considerada como um simples detalhe técnico em duplicar as palavras que foram faladas e gravadas, para a escrita, é um erro assim pensar. Azevedo et. al. (2017, p.162) afirma que sob essa perspectiva o processo que leva a transcrição seria um ato mecânico, impessoal, que não teria funções variadas e que levaria apenas a um único caminho, mas não é o caso, porque transcrever não se restringe apenas ao ato de ouvir e escrever. Tem definições complexas envolvidas.

Bailey (2008, p.127) diz que a transcrição é um procedimento que tem como resultado “reduzir, interpretar e representar as conversas orais para que o texto escrito seja compreensível e tenha significado”, assim como o autor continua dizendo que “as transcrições não são meros registros neutros dos eventos, pois refletem as interpretações dos investigadores relativamente aos dados (Bailey, 2008, p.129). Em suma, Davidson (2009, p. 37) defende que “as transcrições se constituem como um processo que é teórico, seletivo, interpretativo e representativo”.

Por fim, Bailey (2008, p.130) ressalta que “a representação de dados auditivos e visuais na forma escrita é um processo interpretativo, que envolve fazer julgamentos e é, portanto, o primeiro passo na análise dos dados”.

A transcrição das entrevistas propriamente dita, demandará muito tempo devido ao fato dessa tarefa não poder ser delegada, justamente em função do compromisso com o sigilo assinado com os participantes. Sobretudo, transferir essa responsabilidade para outro, seria de um grande risco de transcrições equivocadas e por minúcias técnicas e de nomenclatura (Patton, 2002).

A transcrição que foi utilizada é a naturalista porque valoriza cada sentença, na observação dos muitos detalhes e nas informações, na proporção que for possível. Pois, o grande objetivo foi retratar de forma minuciosa o que e como foi falado. Informações que têm relevância ou não com o conteúdo verbal foram mantidas como: “aspectos contextuais, oscilações do tom de voz, volume, ênfase, pausas, interrupções, encorajamentos, gírias, elementos emocionais que emergem durante a entrevista, risos” (Guazi, 2021).

Foi adotado um sistema de notação que padroniza a representação de

características particulares existentes na comunicação oral na forma escrita, assim como foi ouvida a gravação enquanto se faz a leitura do transcrito, fazendo edições necessárias, identificando e corrigindo palavras, frases que foram transcritas de forma errada. Também foi revisado a pontuação de tal maneira que garanta correspondência exata entre o que foi falado e o que foi transcrito (Azevedo, et al. 2017).

O processo de transcrição que foi feita pelo próprio pesquisador, vai possibilitar uma maior familiaridade com os dados coletados servindo assim para que já se inicie uma análise prévia, dando condições para análises e discussões posteriores. Foi usado um software de conversão de áudio, mesmo correndo o risco de limitar a compreensão dos dados, já que é uma a transcrição naturalista, porém, o pesquisador terá a tarefa de conferência de fidedignidade entre a transcrição feita e os áudios da gravação, tendo assim, a relevância e centralidade nesse processo (Guazi, 2021).

Ao finalizar as transcrições foi levado em consideração a possibilidade de subordinar o ato de validação do entrevistado. O texto transcrito de cada entrevista foi enviado para seus respectivos informantes e foi solicitado que eles façam uma avaliação do material (Mcgrath; Palmgren; Liljedahl, 2019).

Segundo McGrath, Palmgren e Liljedahl (2019), a validação do entrevistado possibilita que a precisão da transcrição e a qualidade dos dados coletados, e com essa aprovação o texto fica apto para iniciar a análise de dados.

4.2. Procedimentos de análise e interpretação dos dados

Para se fazer a interpretação do conteúdo das entrevistas (consta anexado no Apêndice as perguntas presentes no roteiro das entrevistas), foi utilizada a análise de conteúdo que Minayo (2014, p.356) descreve em três fases que serão sistematizadas a seguir:

1. *Ordenação de dados* – Foi elaborado um mapa do aglomerado de dados

que foram coletados no estudo de casos, tais como as informações obtidas da situação familiar e do contexto geral que se abordou nas entrevistas. Foi feita a releitura dos materiais, assim como a organização de cada informação, já que essa fase significa uma classificação e organização dos dados obtidos, como também proporcionará a confecção de um mapa horizontal das descobertas nas entrevistas.

2. *Classificação dos dados* – Foi feita uma leitura horizontal e exaustiva dos textos, levando em consideração que todo o material carece de uma minuciosa análise textual como as frases, palavras, adjetivos, concatenação de ideias e o sentido geral do texto.

3. *Análise final* – essa fase é direcionada pelas etapas anteriores que de forma intencional requererá uma profunda introspecção sobre o material adquirido nas entrevistas, o qual foi o ponto inicial como também o ponto final para a interpretação e compreensão dos dados coletados nas entrevistas. No entanto, as respostas serviram para esclarecer a lógica interna do grupo pesquisado sobre o tema em pauta o endividamento familiar, retratando o que o grupo pensa, como se relaciona, como se comporta e planeja a vida mediante esses fatos sociais.

4.3. Critérios de inclusão dos sujeitos na amostra

Como critério de inclusão, foram selecionados alunos da modalidade EJA do Colégio Estadual Clériston Andrade, localizado no subúrbio ferroviário de Salvador, que aceitem participar da pesquisa e que cumpram o compromisso assumido e expresso no termo de responsabilidade. Pelo fato da maior parte dos alunos da EJA ser maior de idade, os sujeitos não precisarão de anuência dos pais ou responsáveis. Aqueles que, porventura, encontrarem-se em idade abaixo dos 18 anos, uma vez que a EJA atende alunos a partir dos 15 anos, o termo de responsabilidade e compromisso foi encaminhado para os pais ou outro responsável para o seu devido consentimento e assinatura.

Ainda como critério de inclusão, a escola em questão, foi escolhida porque participa há anos do programa da EJA. A pesquisa se deu aos alunos que

participam ou não ativamente das suas rendas familiares, uma vez que a EJA é um conjunto pluralizado, esperando assim uma diversidade na amostra para as abordagens metodológicas.

Como critério de exclusão, os participantes que não se enquadraram no perfil legal em relação a autorização escrita, assim como àqueles que não se sentiram a vontade de participar da pesquisa. Logo após a exclusão foram entrevistados sete alunos, sendo autodeclarados quatro do gênero masculino e três do gênero feminino, com idades entre 17 e 48 anos.

5. RESULTADOS

Os jovens e adultos participantes da pesquisa fazem parte do programa da EJA do Colégio Estadual Clériston Andrade, localizado no subúrbio ferroviário de Salvador. As entrevistas com os alunos demonstraram, principalmente, suas particularidades originadas de suas experiências de vida e como isso afeta suas relações com o dinheiro.

Os participantes da pesquisa são sete alunos jovens ou adultos, sendo eles, quatro do sexo masculino e três do sexo feminino, com idades entre 17 e 48 anos. Com finalidade de externarem seus conhecimentos e experiências sobre endividamento e suas relações com o dinheiro.

Diante das entrevistas, as conclusões não são óbvias e diretas, muito pelo contrário, visto a complexidade entre a relação causa e consequência, endividamento e impacto nos contextos familiares, respectivamente. Como aponta a autora Minayo (1993), em uma das fases de obstáculos para uma análise eficiente.

Destacando ainda que os alunos entrevistados se encontram em uma situação de pobreza e residem nas proximidades do Bairro de Itacaranha, bairro que se encontra em uma região periférica em relação à cidade de Salvador.

Visto isso, partindo para a análise de conteúdo propriamente dita, como descrito na seção 1.2 – Procedimentos de análise e interpretação dos dados –, iniciou-se uma ordenação de dados a partir de um conglomerado de características inerentes aos participantes, como o fato de todos terem começado a trabalhar muito cedo, antes dos 18 anos, com objetivo de ajudar financeiramente a família.

Perante as entrevistas, percebeu-se a vontade dos participantes em receber instruções, por parte do Estado ou colégio, em relação aos controles de gastos. Que, por mais que seja importantes, não é o fator determinante no combate ao endividamento. Uma vez que, como bem retratado por um dos alunos, o endividamento que ele adquiriu não foi por um erro de cálculo, mas sim por

necessidade.

Os sete casos serão reconhecidos pelos números de 1 a 7, respeitando seus gêneros e o anonimato.

Caso 1: Tem sua mãe como arrimo da família, mas não costuma conversar sobre os gastos e organização financeira. Por outro lado, mesmo tendo apenas 17 anos, se sente na responsabilidade de entender e buscar melhorar a sua relação com o dinheiro, com a finalidade de ajudar a sua mãe. Trabalha desde pequeno, assim como os demais entrevistados, buscando criar uma maturidade financeira apesar das dificuldades originadas pela baixa renda. Se encontra em uma situação de endividamento e compreende que, em suas palavras, não há o conhecimento, muito menos a transmissão da importância do dinheiro em sua administração cotidiana, e o que pode levar ao endividamento. (É BOM RESSALTAR SE ELE TEM DÍVIDAS)

Caso 2: Com 24 anos e morando com mais três pessoas, tem uma noção da importância do controle dos gastos, pois contribui ativamente com a renda familiar, mesmo assim, com as dificuldades financeiras se encontra em uma situação delicada, à margem do endividamento. Não utiliza o cartão de crédito, pois entende o prejuízo que ele pode trazer, então prioriza compras à vista, sempre que tem o dinheiro completo para pagar.

Caso 3: Garçom, 21 anos, também tem a figura materna como esteio da família. Não sabe dizer ao certo se a família está endividada, pois não costuma conversar sobre finanças com a mãe. Reconhece o termo “educação financeira” como sinônimo de ter consciência de usar bem a renda fixa. Igualmente aos demais estudos de casos, começou a trabalhar desde cedo, com 16 anos.

Caso 4: Mulher, guerreira e trabalhadora de 48 anos, cuida de dois filhos sozinha com uma renda equivalente a um salário-mínimo, tem seu imóvel próprio e ganha a vida sendo manicure. Não costuma usar o cartão de crédito, pois está endividada, justamente por conta dele. Tenta transmitir para seus filhos a importância do dinheiro e economiza ao máximo, infelizmente, tendo que abdicar dos seus lazeres e dos seus filhos. Em meio a pandemia, obteve o auxílio emergencial, como fonte de política pública gerada pelo governo.

Caso 5: Com 28 anos, morando com sua esposa e o filho da sua esposa, constituindo uma família contemporânea, se encontra em uma situação de endividamento, justamente por conta dos dois cartões de crédito que utiliza. Não se sente seguro para cuidar dos gastos de sua casa, pois está bem endividado, não por falta de planejamento, mas por necessidade. O entrevistado relatou que seu pai morreu quando ele ainda era muito jovem e, por isso, teve que se tornar, rapidamente e sem preparo, o responsável por tudo de sua casa. Se encontra em uma situação delicada, pois mesmo planejando os gastos, ainda é uma vítima econômica da pobreza e pela necessidade se encontra endividado.

Caso 6: Com 41 anos, casado e pai de um filho, possuía 5 cartões de crédito, atualmente encontra-se endividado e lamenta não ter tido um maior controle dos gastos, um planejamento financeiro melhor. Afirmou que pegava crédito em um cartão para efetuar o pagamento de outro, costumava comprar parcelado, por isso acabou adquirindo dívidas que não pode sanar. Com o surgimento da dívida em sua vida buscou ser mais cauteloso com o dinheiro e transmitir esse conhecimento para o seu filho.

Caso 7: Uma jovem de 19 anos casada e que mora com o marido, conta com cerca de mil reais para sobreviver no mês, única entrevistada que não mora em imóvel próprio. Saiu da casa dos pais bem jovem e não teve o contato com o conceito de organização financeira, mas, intuitivamente, guarda dinheiro para planos futuros e evita gastos excessivos. (MELHORAR ESSA PARTE JÁ QUE ELA NÃO TEM DIVIDAS E AINDA POUCA. É BOM VER SE O MARIDO AJUDA E QUAL A RENDA FAMILIAR EM GERAL: DELA E DO MARIDO)

Aglomerando os alunos em características comuns, como sugere Minayo (1992), temos categorias que aparecem durante o estudo de casos, sendo elas em 5: Assalariados, Cartão de crédito, endividamento, políticas públicas e educação financeira

Em relação ao salário, a maioria dos participantes são assalariados, mas não se sentem confortáveis com o que recebem, pois geralmente os gastos são demasiados e eles precisam abdicar de uma parte da vida, como lazer, para sobreviver. O que se sustenta no fato de que nem todos trabalham com carteira assinada, mas para ajudar na renda familiar se sentem na obrigação de trabalhar, tal

fato é transmitido geracionalmente perante as famílias dos entrevistados, ou seja, seus progenitores também sempre começaram a trabalhar muito jovem dando exemplo para seus filhos.

Carrera (2021) sustenta a ideia de que a precarização das condições de trabalho e, como citado pelos entrevistados, os baixos salários refletem diretamente na condição de sobrevivência das famílias pobres, o que é verificado nos sete estudos de caso.

Sobre o cartão de crédito, todos os participantes compreendem os benefícios e malefícios dessa ferramenta, a maioria evita usar, mas eventualmente precisam usá-lo devido a fragilidade financeira em decorrência da necessidade. Dito isso, o cartão de crédito, ainda assim, se configurou como a maior fonte de endividamento no universo da pesquisa, estando de acordo com os dados mostrados durante a seção de endividamento familiar.

No que se diz a respeito do endividamento, o entendimento por parte dos entrevistados sobre esse problema econômico é muito simplista, eles atribuem uma definição, esperada, de senso comum, que, para a realidade deles, é o suficiente. Portanto, apesar de não serem educados financeiramente (pelos pais ou pela escola) compreendem quando estão ou não em uma situação preocupante em relação ao dinheiro.

Ainda que, uma parcela menor dos entrevistados não se encontre endividada, todas as famílias dos estudantes da EJA analisados se encontram em uma situação de pobreza, por isso, estão sempre buscando sobreviver da melhor forma, mesmo que as leve ao cenário do endividamento.

Em relação as políticas públicas, alguns entrevistados alegaram que tiveram acesso aos programas do governo, como bolsa família ou auxílio emergencial (durante a pandemia). Logo, o Estado conseguiu atingir uma parte do universo pesquisado nessa dissertação, porém de forma não tão eficiente, pois amenizou um pouco o problema que essas famílias enfrentam com a falta de dinheiro.

Já sobre o âmbito da educação financeira, a conversa sobre um planejamento financeiro não ocorre de forma determinante diante das famílias dos alunos, não por culpa dos progenitores, mas sim devido a situação de pobreza que essas famílias se

encontram. Não tem como tratar de educação financeira de forma resolutiva com essas famílias, pois, geralmente, os pais não foram instruídos para tal, uma vez que precisavam voltar suas atenções para a sobrevivência da família, não para uma economia doméstica.

Além disso, as escolas, de modo geral, não orientam os alunos necessariamente para isso, como relataram os pesquisados. Então, realmente é complicado abordar o tema de educação financeira como forma de solucionar o endividamento dessas famílias, pois, culturalmente, estão inseridas em um contexto de pobreza, no qual dão prioridade para resoluções de problemas imediatos, como pagar uma conta de luz e água do mês, e não conseguem fazer um planejamento a longo prazo devido a diversos fatores.

Após uma análise minuciosa das frases, palavras, adjetivos, concatenação de ideias e o sentido geral das entrevistas, podemos perceber que, de fato, o endividamento afeta diretamente nas vivências e experiências das famílias dos entrevistados. De tal forma que, essas famílias se moldam para sobreviver e não “viver”, passando assim por situações adversas e inimagináveis aos olhos da população não pobre. O relato do aluno (*Caso 6*), explicita isso, com a perda do pai ainda quando jovem, buscou trabalhar para sustentar a família sozinho, sem orientação e amparo de ninguém.

Enfim, há vários impactos dos processos de endividamento sobre as famílias dos alunos que participaram do estudo de casos, desde as relações intrafamiliares, que podem ficar fragilizadas com o endividamento, até a forma com que lidam com o dinheiro. Por outro lado, como constatado também pela autora Sarti (1994) em seu estudo de casos em uma comunidade periférica de São Paulo, nas entrevistas com os sete alunos, nota-se uma união interfamiliar que é um reflexo da junção das famílias pobres que passam pelas dificuldades juntas. De forma geral, mesmo que algumas relações intrafamiliares sejam prejudicadas pelo endividamento, as famílias ainda buscam proteger seus integrantes e prover o possível e o impossível para eles.

Não obstante, percebe-se que a pobreza é o principal aspecto socioeconômico que influencia na alta taxa de endividamento perante as famílias dos estudantes da EJA, o que é reflexo, como já descrito em seções anteriores, da

situação econômica do país e como o Estado lida com isso.

Notoriamente, podemos perceber que a compreensão dos estudantes da EJA sobre o endividamento não é algo tão simples, pois para eles a palavra endividamento é trivial, mas compreender sua origem e como contorná-lo não é fácil.

Para amenizar esse problema econômico inúmeros pontos precisam ser contemplados, dentre eles: a criação, manutenção e melhora de políticas públicas, porém o Estado, como indaga Carrera (2021), se encontra em uma crescente desobrigação para com sociedade o que reflete também no âmbito econômico; a abordagem de temas relacionados à educação financeira na escola, através de palestras, aulas e outros meios de transmissão de conhecimento; campanhas de conscientização por parte do Estado é super importante e urgente para o processo de bem estar social familiar em todas as épocas, não somente nas crises.

Portanto, a alta taxa endividamento não é um problema fácil de ser resolvido, pois é algo inerente a um assunto mais delicado que é a pobreza. Visto isso, ambos os temas impactam diretamente na forma com que as famílias dos estudantes da EJA se comportam, se estruturam e sobrevivem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza e o endividamento, frequentemente entrelaçados, são desafios persistentes em muitas sociedades, refletindo estruturas econômicas e sociais complexas. Enfrentar esses problemas exige uma abordagem multifacetada, com soluções que não apenas mitiguem as consequências imediatas, mas que também atuem nas raízes estruturais desses fenômenos.

Um dos caminhos mais promissores para combater o endividamento é a promoção da educação financeira desde a infância. Escolas devem incorporar currículos que ensinem os alunos a gerenciar recursos, compreender juros, crédito e poupança. Indivíduos mais informados tendem a tomar decisões financeiras mais prudentes e são menos vulneráveis a esquemas de crédito predatório.

Muitas famílias recorrem a empréstimos com taxas de juro exorbitantes devido à falta de alternativas. É fundamental promover a expansão de microcréditos e bancos comunitários, que oferecem opções de crédito mais acessíveis, permitindo que as famílias invistam em pequenos negócios, educação e saúde sem se afundar em dívidas.

Programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família no Brasil, têm demonstrado eficácia na redução da pobreza extrema. Tais programas não apenas aliviam as necessidades imediatas, mas também incentivam a manutenção de crianças na escola e o acesso a serviços de saúde.

Educação de qualidade é uma das ferramentas mais eficazes contra a pobreza. Ao garantir que todos tenham acesso a uma educação robusta e relevante, abrem-se portas para empregos mais bem remunerados e oportunidades de avanço pessoal e profissional.

Em muitas áreas, a falta de infraestrutura adequada - como estradas, transporte público e acesso à internet - limita as oportunidades econômicas dos indivíduos. Investir em infraestrutura pode facilitar o acesso ao mercado de trabalho,

à educação e a outros serviços essenciais.

Políticas que incentivem o empreendedorismo e facilitem o acesso ao crédito para pequenos empresários podem gerar empregos e promover o desenvolvimento local. O apoio pode vir na forma de treinamentos, microcréditos e incentivos fiscais.

O enfrentamento da pobreza e do endividamento exige uma estratégia integrada, que atenda tanto às necessidades imediatas das populações vulneráveis quanto às causas estruturais desses desafios. Apenas através de um compromisso sustentado e holístico, envolvendo governos, setor privado e sociedade civil, pode-se vislumbrar um futuro em que a pobreza e o endividamento sejam exceções e não a norma.

Ao longo da trajetória científica, é fundamental reconhecer que toda pesquisa possui suas limitações, sejam elas metodológicas, teóricas ou práticas. Admitir essas restrições não diminui a relevância do estudo, mas, ao contrário, confere transparência, honestidade e contribui para o rigor acadêmico.

Inicialmente, é necessário mencionar as limitações metodológicas deste trabalho. A amostra selecionada, embora tenha sido adequada para os objetivos propostos, não é representativa de toda a população. Isso significa que os resultados aqui apresentados devem ser interpretados com cautela e não podem ser generalizados para contextos mais amplos ou diferentes daquele investigado.

Outra limitação refere-se aos instrumentos utilizados para coleta de dados. As entrevistas, por mais bem estruturadas que sejam, estão sujeitas à subjetividade dos participantes. As respostas podem ter sido influenciadas por diversos fatores, como o estado emocional do respondente no momento da pesquisa, possíveis vieses ou até mesmo a forma como as questões foram interpretadas.

Além disso, é válido destacar as limitações temporais. A pesquisa foi conduzida em um período específico, e os resultados refletem as circunstâncias e nuances daquele momento. Mudanças no contexto social, político ou econômico podem gerar cenários diferentes dos observados neste estudo.

Por fim, toda pesquisa está sujeita a limitações teóricas. O referencial teórico adotado, embora tenha fornecido robustez à análise, é apenas uma das lentes possíveis para observar a realidade investigada. Outras abordagens ou teorias

poderiam trazer interpretações distintas e igualmente válidas.

Apesar dessas limitações, é importante ressaltar que este estudo oferece contribuições valiosas para o campo de conhecimento em questão. As restrições aqui apresentadas não invalidam os resultados, mas apontam para a necessidade de pesquisas futuras que complementem, expandam ou até mesmo questionem as descobertas realizadas.

Conclui-se que, mesmo a questão do mau uso do cartão de crédito, para o luxo ou necessidade, não configura o ponto central da questão do endividamento, embora o trabalho em si, tem dado muito foco a ele, devido sua importância para o endividamento das famílias, mas esse comportamento familiar que leva ao uso exacerbado do cartão de crédito é resultado não só da necessidade em si, mas da ausência de uma educação financeira a qual pode-se traduzir por orientações sobre o uso salutar do dinheiro. Sem essas orientações através da tríade sociedade, escola e família, os indivíduos não terão consciência através do julgo racional para saber até onde, poderá usar os meios para sanar suas dificuldades cotidianas relacionada ao dinheiro.

5.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABECS (Associação Brasileira de empresas de cartões de crédito e serviços). Disponível em <<http://www.abecs.org.br/indicadores-de-mercado>>. Acesso em: 06 abr 2015.

ANDRADE, Luana Reis, DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação**. Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade, p. 95-103, 2013.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. Empréstimo consignado: o Estado regulamenta, o trabalhador contrata e o capital lucra. In: XIV ENPESS, 14., Anais..., Natal, 2014.

AZEVEDO, V. et al. **Transcrever entrevistas**: questões conceituais, orientações práticas e desafios. Revista de Enfermagem Referência, n. 14, p. 159-168, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12707/RIV17018>

BAILEY, J. **First steps in qualitative data analysis**: Transcribing. Family Practice, 25(2), 2008, 127–131. doi:10.1093/fampra/cmn003

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cartilha cartão de crédito**, 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/cartilha.pdf>>. Acesso em: 06 abr 2022.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para realizar a promessa da educação**: Uma nova agenda. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 2018.

BARRETO, Luciano S. Evolução histórica e legislativa da família. In: **10 anos do Código Civil: aplicação, acertos, desacertos e novos rumos**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2013. 2 v. (Série Aperfeiçoamento de Magistrados, 13)

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo** - A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008

BRASIL. Decreto-Lei Nº 167, de 14 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-167-14-fevereiro-1967-376268-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em 08 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 91.980 de 25 de Novembro de 1985. Redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro->

[1985-442685-publicacaooriginal-1-pe.html](#) acessado em 08 de outubro de 2023.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acessado em 08 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm acessado em 08 e outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm acessado em 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acessado em 2023.

BRASIL. Decreto lei nº 5.840 de 13 de Julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm acessado em 08 de outubro de 2006.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm acessado em 08 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei 14.871 de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14181.htm acessado em 08 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/ensino-e-pesquisa/pesquisa-clinica/resolucao466.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 29 de maio de 2023.

BRITO Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **Escola, Pobreza e aprendizagem:**

reflexões sobre educabilidade. IN: Anais do XII Congresso Nacional de Educação – Educere. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica, p. 18670-18683, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf>. Acesso em: 11/09/2023.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

CARRARA, K. **Iniciação científica**: um roteiro comentado para estudantes. São Paulo: Avercamp, 2014.

CAVALCANTI, V. R. S.; ARAÚJO, U. C. de. **A família como primeira opção**: abordagens teóricas e interdisciplinares sobre pobreza e políticas públicas. In: Mary Garcia Castro, José E. Xavier de Menezes. (Org.). **Família, população, sexo e poder**. São Paulo: Paulinas, 2009, v. 1, p. 149-174.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

CNC (Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo). **Perfil do Endividamento das famílias brasileiras em 2013**. Disponível em http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/o_perfil_do_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2013.pdf>. Acesso em 22 fev 2023.

CNC (Confederação Nacional Do Comércio De Bens, Serviços E Turismo). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** – outubro de 2021. [S. l.], 03 nov. 2021. Disponível em: < <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-1> > Acesso em 16/06/2021

COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. História e Economia, revista interdisciplinar, São Paulo, v. 4, n. 2, 2008.

CUNHA, J. G. B. O. da. **Capital Social, família e redução da pobreza**: um percurso na literatura. 2013. 361f. Tese (doutorado) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.

DE CARVALHO, Helder Araujo; SOUSA, Felipe Gerhard Paula; FUENTES, Verónica Ligia Peñaloza. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2017.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; COSTA, António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES,

Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

DI PIERRO, M. C. (2001). **Nota sobre o ensino supletivo no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, 112, 67-94.

EWALD, L. C. **Sobrou dinheiro!** lições de economia doméstica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos - Endividamento e Inadimplência das Famílias – Contexto e evolução recente. 2022. Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Dados%20Endividamento%20das%20Fam%C3%ADlias.pdf> acessado em: 06 de junho de 2023.

FERBER, M.A. & BIRNBAUM, B.G. **The new consumer**. Journal of Consumer Affairs, 11(1), 1977, 75-86.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de uma interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, 2013.

FURLAN, Mariana. Endividamento das famílias é de quase 80%. 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-no-brasil/> acessado em 07 de Agosto de 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo, SP: Pearson, 2004.

GREESNSPAN, A. Literatura Financeira: uma ferramenta para o progresso econômico. **O Futuro**, v. 36, n.4, p. 37-41, 2002.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.

GÜNTHER, M. **Planejamento das finanças pessoais**: Benefícios e influências na qualidade de vida. Rio do Sul, 2008. Disponível em: <www.unidavi.edu.br/?pagina=FILE&id=42407 > Acesso em: 26 de out. de 2020.

HOJMAN, Daniel A.; MIRANDA, Álvaro; RUIZ-TAGLE, Jaime. Debt trajectories and mental health. **Social Science & Medicine**, v. 167, p. 54-62, 2016.

HOUAISS, Antônio. Pequeno dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Moderna, 2022.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada**: implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil. 310 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

KEESE, Matthias. Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 1, p. 125-141, 2012.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A POBREZA NA BAHIA SOB O PRISMA MULTIDIMENSIONAL**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Dissertação (Mestrado) em Economia. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

MACEDO, Rosa Maria S. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer?. **Cadernos de Pesquisa**, n. 91, p. 62-68, 1994.

MCGRATH, C.; PALMGREN, P. J.; LILJEDAHN, M. Twelve tips for conducting qualitative research interviews. *Medical Teacher*, v. 41, n. 9, p. 1002-1006, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/0142159X.2018.1497149>

MANFREDINI, Andreza Maria Neves et al. **As relações com o dinheiro**: construindo, destruindo, re e co construindo caminhos possíveis com o dinheiro na família. 2019.

MANZINI, E. J. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação**. *Revista Percurso*, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012

MARTINS, J. P. **Educação financeira**: ao alcance de todos. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.

MEDEIROS, M., Britto, T. & Soares, F. V.. **Transferência de renda no Brasil**. IPC-IG (International Policy Centre for Inclusive Growth, 2008..

MENEZES, J. E. X. de.; MOREIRA, L.V. de C.; RABINOVICH, E. P. O debate interdisciplinar sobre o fenômeno familiar no Brasil: contribuições do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSal. In: BASTOS, A. C. de S. et al. **Família no Brasil**: Recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015. p. 487-499.

MOLL, Jaqueline. Reflexões acerca da educação para a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral. **O Brasil sem Miséria**. Brasília, p. 563-581, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_s_em_miseria/artigo_21.pdf> Acesso em: 11/09/2023.

MINAYO, M. C. DE S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2014.

MIOTTO, A. P. S. C. **Antecedentes e consequências da gestão das finanças domésticas: uma investigação com consumidoras da classe C.** / Tese Ana Paula S. C. Miotto. - 2013. 163 f.

MONTALI, Lilia; TAVARES, Marcelo. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, p. 211-231, 2008.

NUSSBAUM, M. (2000). **Mulheres e desenvolvimento humano: O enfoque das capacidades.** São Paulo: Editora Unesp.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos.** Loyola, 1999.

PASSOS JÚNIOR, V. da C. **A Tutela Jurídica contra o Endividamento como aplicação do Princípio da Dignidade Humana nas relações de crédito.** 2010. 173f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative research and evaluation methods.** Thousand Oaks. **Cal.: Sage Publications**, v. 4, 2002.

PETRINI, G. Significado Social da Família. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 16, n.18+19, p. 110-121, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/1204/1248>>. Acesso em: 26 out. 2020.

PINTO, J. P. **Transformações socioespaciais do bairro de Itacaranha a partir da abertura da avenida Afrânio Peixoto.** 2017. 128f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/363>. Acesso em: 30 maio 2023

POCHMANN, M. (2007). **Juventude e trabalho no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 12, 549-561.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUENTE, Beatriz., JANONE, Lucas. Endividamento atinge 77,7% das famílias brasileiras, maior patamar desde 2010, diz confederação. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/endividamento-atinge-777-das-familias-brasileiras-maior-patamar-desde-2010-diz-confederacao/#:~:text=A%20CNN%20levantou%20os%20dados,caiu%20para%2056%2C8%25>. Acessado em 07 de Julho de 2023.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade**, p. 340-359, 2016.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes **O ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA DO BRASIL NOS ANOS 2000**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. A unidade financeirização e autorreprodução do capital: pressupostos marxianos e elementos contemporâneos. **Revista Katálisis**, v. 22, p. 171-180, 2019.

RICHARDSON, Thomas; ELLIOTT, Peter; ROBERTS, Ronald. The relationship between personal unsecured debt and mental and physical health: a systematic review and meta-analysis. **Clinical Psychology Review**, v. 33, n. 8, p. 1148-1162, 2013.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSA, M. T. & SOARES, J. F. (2008). **Educação de Jovens e Adultos, desempenho e perfis de aluno e escola**. Educação em Revista, 47, 67-89.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE; J. F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

SARTI, Cynthia Andersen. **A FAMÍLIA COMO ESPELHO**: Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. São Paulo, 1994.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERASA EXPERIAN. (2020). **Inadimplência das famílias brasileiras**.

SILVA, Adriana Cristina et al. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, 2020.

SILVEIRA, Ana Flávia; DO NASCIMENTO FERREIRA, Roberto; DE ALMEIDA, Mário Sérgio. Período Acadêmico, Nível De Consumo, Planejamento Financeiro: Como Está A Educação Financeira Dos Alunos De Graduação Na Universidade De São João Del-Rei?. **Revista Gestão em Análise**, v. 9, n. 2, p. 126-140, 2020.

SOARES, S. S. D. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Vol. 2. Ipea. (2012)

SPC BRASIL. O Conceito Do Endividamento E As Consequências Da Inadimplência. 2016. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf acessado em: 10/07/2023

SOUZA, M. M. C. de. **A importância de se conhecer as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

STORM, S. & NAASTEPAD, C.W.M. (2008). **Strategic factors in economic development**. Cambridge Journal of Economics, 32(2), 165–190.

TRINDADE, Hiago. TRABALHADORES NO CONTEXTO DE PANDEMIA: o que dizem as notícias?. **Revista direitos, trabalho e política social**, v. 7, n. 12, p. 137-157, 2021.

UNESCO. **Educação para as pessoas e o planeta: Criando futuros sustentáveis para todos**. Relatório de Monitoramento Global da Educação, ED-2016/WS/33/Rev.

8. APÊNDICE

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Faça uma breve apresentação. Nome, idade, gênero, raça, profissão, estado civil e bairro onde mora.
2. Possui filhos? Quantos?
3. Com quantas pessoas você mora? Quantos quartos? Quantas Tvs?
4. Quem é o arrimo da sua família?
5. Quantas pessoas na sua casa trabalham?
6. Qual a renda média da sua família?
7. Mora em imóvel próprio?
8. Possui cartão de crédito? Quantos?
9. Tem o hábito de comprar no crédito?
10. Possui carro ou moto?

11. Possui alguma dívida que não pode pagar?
12. Você considera importante ter organização sobre o seu dinheiro?
13. Você costuma planejar seus gastos de acordo com o seu salário?
14. Dentro da sua família é abordado o tema da organização financeira?
15. Você se considera preparado para cuidar dos gastos da sua casa?
16. O que é educação financeira para você?
17. Os seus pais já conversaram com você sobre a importância de guardar dinheiro?
18. Você aprendeu na escola algo relacionado a importância de poupar dinheiro?
19. Seus pais costumavam viajar?
20. Quais atividades a sua família realizava quando você era criança?
21. Qual é/era a profissão do seu pai?
22. Qual é/era a profissão da sua mãe?
23. Com qual idade você começou a trabalhar?
24. Você tem dinheiro guardado?
25. Possui planos para adquirir algum bem no futuro?
26. Quais são suas atividades de lazer?
27. Com qual frequência você compra roupas?
28. Com qual frequência você troca de celular?
29. Você está satisfeito com a sua renda hoje?
30. Quanto você gostaria de ganhar?
31. Vocês já foram negativados? Em qual sistema (Serasa?)? Faz ideia de quanto é essa dívida?
32. Você tem dificuldade para manter suas contas em dia? Quais as estratégias que a sua família tem usado para evitar dívidas excessivas?
33. Você toma algum cuidado antes de fazer alguma dívida por exemplo com algum empréstimo ou uso de cartão? Quais?
34. Sua família tem dívida com bancos? Empréstimo ou cheque especial? Se sim como adquiriu a dívida?
35. Você já tentou negociar suas dívidas? Deu certo? Se sim como ficou o seu orçamento após negociar suas dívidas? As dívidas afetaram a qualidade de vida da sua família?

Consentimento Pós-Infomação

Eu,.....

..... (**nome do sujeito da pesquisa, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, endereço, RG**). Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Fui, igualmente, informado da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa; da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento; da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa; do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando; da disponibilidade de assistência integral e imediata, de forma gratuita pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa de que não receberei nenhuma remuneração por participar desta pesquisa.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa e outra com o pesquisador responsável.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Salvador, _____ de _____ de 2023.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderá ser consultado o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (CEP-UCSAL)